



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO- BRASILEIRA**

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FÁBIO PEREIRA DE FREITAS

**Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação
Simultânea – Um estudo de caso no município de Icó - Ceará**

Limoeiro do Norte

2020

FABIO PEREIRA DE FREITAS

**Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação
Simultânea – Um estudo de caso no município de Icó – Ceará**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof.Me. Carlos Alberto Pereira Leite Filho

LIMOEIRO DO NORTE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Freitas, Fabio Pereira

de. F866p

Programa de aquisição de alimentos modalidade compra com
doação simultânea - um estudo de caso no município de Icó - Ce /
Fabio Pereira de Freitas. - Redenção, 2020.

Of: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de
Educação a Distância, Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Me. Carlos Alberto Pereira Leite Filho.

1. Qualidade e segurança dos alimentos. 2.
Alimentação saudável. 3.
Agricultura familiar. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658

FABIO PEREIRA DE FREITAS

**Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação
Simultânea – Um estudo de caso no município de Icó – Ceará**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

Aprovado em: 21 /11 / 2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Me. Carlos Alberto Pereira Leite Filho (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Polyana Karina Mendes Ximenes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Rejane Felix Pereira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

AGRADECIMENTOS

A Deus por nunca desistir de mim. E a todas as pessoas que me incentivaram a chegar até aqui.

Grato.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Atores envolvidos na execução do PAACDS 2017.....	44
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção agropecuária da Agricultura Familiar (2017)	16
Gráfico 2 Percentual de utilização de terras nos estabelecimentos da Agricultura familiar segundo o tipo de cultivo 2017.....	27
Gráfico 3 - Evolução das modalidades do PAA de 2013 a 2017 (valor em reais)	24
Gráfico 4 – Recursos disponibilizados nos anos de 2017 e 2018 para compra de alimentos no PAACDS.....	32
Gráfico 5 - Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2013 a 2017	33
Gráfico 6 – Alocação de Recursos do PAA no Nordeste por modalidade de comercialização em 2017 (valor em reais)	35
Gráfico 7 – Perfil do Agricultor Familiar fornecedor do PAACDS – Icó e seus quantitativos.....	38
Gráfico 8 - Percentual da participação das mulheres no PAA de 2011 a 2017.....	39
Gráfico 9 - Renda média familiar dos beneficiários fornecedores em reais, por região (2017)	40
Gráfico 10 - Perfil do beneficiário consumidor por faixa etária do PAACDS – ICÓ 2017	41
Gráfico 11 - Conjunto de produtos fornecidos ao PAA em 2017 nas diversas regiões	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área total dos estabelecimentos agropecuários e Total de estabelecimentos da Agricultura Familiar – 2017	16
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia agricultura familiar ou não familiar 2017.....	19
Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia agricultura familiar ou não familiar 2017.....	21
Tabela 4 – Beneficiários oriundos inscritos como beneficiários consumidores das escolas municipais inscritas no PAACDS e percentual de assistidos.....	31
Tabela 5 – Alocação dos recursos do PAA no Nordeste por modalidade de comercialização em 2017 (valor em reais)	34
Tabela 6 - Número de matrículas nas escolas da rede municipal do município, anos 2017 e 2018	42

LISTA E SIGLA DE ABREVIATURAS

CDS–Compra com Doação Simultânea

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA –Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEAM –Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Icó

DAP–Declaração de Aptidão ao Pronaf

FAO -Food and Agriculture Organization of the United Nations

GGPAA-Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA –Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA–Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NIS –Número de Identificação Social

PAA –Programa de Aquisição de Alimentos

PAA Leite - Programa de Aquisição de Alimentos na Modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite

PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAGRH – Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos de Icó – Ceará

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IN – Instrução Normativa

ONU – Organização das Nações Unidas

CPF – Cadastro de Pessoa Física

NIS – Número de Identificação Social

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1. PROBLEMÁTICA.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Agricultura Familiar.....	14
2.2 Agricultura Familiar <i>no</i> Nordeste Brasileiro.....	18
2.3 Programa de Aquisição de Alimentos.....	20
2.4 Programa de Aquisição de Alimentos compra com doação simultânea – PAACDS.....	25
3 METODOLOGIA.....	27
3.1 Tipo de Estudo.....	27
3.2 Cenário da Pesquisa	28
3.3 População e Amostra	29
3.4 Instrumento para Coleta de Dados	29
4 Análise de Dados.....	30
4.1 Resultados da Entrevista e Discussão	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A	56

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar os beneficiários e relatar o funcionamento do Programa de aquisição de Alimentos com doação simultânea (PAACDS), executado no município de Icó -CE, nos anos de 2017 e 2018. O Programa foi criado em 2003, tendo como principal objetivo o fortalecimento da Agricultura Familiar e combater a insegurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade assistidas em entidades para este fim. Para execução desta pesquisa foram utilizados dados fornecidos pela Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos do Município, além de entrevista com gestor do programa no município. A partir deste estudo foi possível visualizar os benefícios à população inclusa, os beneficiários consumidores passaram a ter uma alimentação ainda mais equilibrada, desta forma, minimizando a insegurança alimentar e por outro lado, fornecer ao pequeno agricultor garantia de renda e de fornecimento da produção sem incertezas. No entanto percebeu-se como entraves na execução desse programa, como a falta de recursos para sua ampliação ainda, falta de transporte por parte dos agricultores. De um modo geral, pode-se indicar o aumento de recursos para o PAACDS e a disponibilização de um transporte próprio para o programa, no intuito de reduzir essas dificuldades encontrados na execução.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de alimentos; Insegurança Alimentar; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This study aims to analyze the beneficiaries and report the operation of the Food Purchase Program with simultaneous donation (PAACDS), carried out in the municipality of Icó -CE, in the years 2017 and 2018. The Program was created in 2003, having as the main objective the strengthening of Family Farming and combating the food insecurity of vulnerable people assisted in entities for this purpose. To carry out this research, data provided by the Municipal Secretary of Agriculture and Water Resources were used, in addition to an interview with the program manager in the municipality. From this study it was possible to visualize the benefits to the included population, the beneficiary consumers started to have an even more balanced diet, thus minimizing food insecurity and, on the other hand, providing the small farmer with guaranteed income and supply of production without uncertainties. However, it was perceived as obstacles in the execution of this program, such as the lack of resources for its expansion yet, lack of transport by the farmers. In general, it is possible to indicate the increase of resources for PAACDS and the availability of a specific transport for the program, in order to reduce these difficulties encountered in the execution.

Keywords: Food Acquisition Program; Food insecurity; Family farming.

1 INTRODUÇÃO

Dentre várias problemáticas que os municípios interioranos enfrentam as questões sociais são as mais evidentes, o qual devem ser buscados caminhos para minimizar o sofrimento dessa população? Os gestores têm grandes desafios em desenvolver e executar políticas que busquem melhores condições para seus municípios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo de 2010, o Município de Icó possui uma população 65.456 habitantes. E em 2018 53.1% da população tinham rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, colocando este município na posição 101º com municípios com menor rendimento per-capta.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o aumento no número de pessoas que sofrem de fome. Na América Latina e no Caribe, 39,3 milhões de pessoas vivem subalimentadas na região, um aumento de 400 mil pessoas desde 2016. Segundo relatório das nações unidas 2010 foi explicado que o aumento da fome no nível regional segue a tendência global e nos afasta do cumprimento da meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2- Fome Zero até 2030.

Neste sentido é importante destacar que a agricultura familiar tem uma grande missão que é produzir alimentos para seus componentes e ainda comercializar excedentes, segundo Embrapa (2017) utilizando dados do Censo de 2006, estimaram que a contribuição da agricultura familiar chegaria a 52% do valor da produção total. Pode-se perceber que é uma parcela significativa na produção de alimentos. O PAA na identificação dos agricultores fornecedores se utiliza de banco de dados na busca de melhor identifica-los.

É nesse contexto que se pode caracterizar os agricultores fornecedores do PAACDS e os beneficiários dos alimentos, tentando de maneira efetiva descrever a população alvo. Justifica-se esse tema devido a própria população em estudo e ajudar a população a ter políticas públicas executadas a contento.

O estudo busca verificar problemas que dificultam a implantação das políticas de no município e práticas que possam agregar essas famílias produtoras no fornecimento de produtos da agricultura familiar, a pouco tempo houve a regulação de aquisição de produtos da agricultura familiar por meio do decreto estadual 32.315 DE 25/08/2017. O qual regulamenta a lei 15.910, de 11 de dezembro de 2015 que dispõe sobre a política de aquisição de alimentos da Agricultura familiar no estado do Ceará.

1. PROBLEMÁTICA

A agricultura familiar exerce importante papel na produção de alimentos que as famílias consomem em todo o território nacional, e para fortalecer a agricultura familiar se faz importante o investimento de recursos públicos no intuito de incentivar a produção e ainda como o programa tem foco na doação dos alimentos, gerará valor social praticamente incalculável. O PAA se mostra como uma política que visa minimizar a carência que existe tanto da parte de Insegurança Alimentar dos beneficiários consumidores do Programa, como ainda mitigar desafios da Agricultura familiar, no que se refere a produção e escoação da produção. Um ponto outro é carência de recursos financeiros, podendo ser verificado a renda média dos agricultores.

Na medida em que programas disponibilizam recursos para compra de alimentos produzidos por agricultores, por preços justos gera incentivo de produção e como o excedente pode ser vendido para programas do governo. E como o programa pode contribuir para minimizar danos as pessoas em vulnerabilidade, contribuindo com a segurança alimentar desses indivíduos, por meio do acesso aos alimentos doados. O problema em questão é: Qual o perfil dos beneficiários do PAACDS dos Agricultores familiares fornecedores e dos consumidores (pessoas em vulnerabilidade social) atendidos nas entidades e quais benefícios trazidos a eles, no município de Icó – Ceará nos anos de 2017 a 2018?

1.2 JUSTIFICATIVA

Diante das necessidades das pessoas que são atendidas em entidades socioassistenciais e dos agricultores locais e suas características. Tem-se o intuito de mostrar quem são essas pessoas e a quem esse Programa ainda necessita alcançar seja os beneficiários fornecedores, ou como consumidores das entidades atendidas. A melhoria das condições dos Agricultores Familiares pode impactar de forma positiva a fornecer alimentos de melhor qualidade, reduzindo desigualdades em sua percepção e favorecendo sua forma de produzir, pois os mesmos sabem que venderão suas produções a preço justo e a população que está recebendo refeições nos equipamentos, por meio de alimentos de qualidade e produzidos de forma sustentável, gera reflexo na saúde, bem estar e educação dos mesmos.

Com esse trabalho percebeu-se a importância de uma maior abrangência do Programa, seja no sentido de fortalecimento da Agricultura familiar, seja no combate a insegurança alimentar de pessoas carentes.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o perfil das pessoas beneficiárias das entidades que recebem alimentos do Programa de Aquisição de alimentos – (PAACDS).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever o funcionamento do Programa de Aquisição de Alimentos/ Doação simultânea (PAACDS) no Município de Icó no período de 2017 e 2018;
- Identificar os benefícios gerados com a execução do Programa de Aquisição de Alimentos/ Doação simultânea (PAACDS);
- Verificar a operacionalização do Programa no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura Familiar

Castro (2004) a agricultura brasileira é uma das principais bases da economia de nosso país, desde o início da nossa colonização até o século XXI, vindo de um histórico de monoculturas para a diversificação da produção. Parte do território brasileiro dispõe de extensas áreas agricultáveis ainda inexploradas. Diferente de outros países, no qual muitos já utilizaram suas áreas que podiam ser utilizadas para tal fim.

Dentre os tipos de agricultura praticada em no Brasil, é tido como de fundamental importância a praticada pelo camponês, pelo ribeirinho a qual é uma agricultura sem maquinário pesado, sem uso excessivo de defensivos agrícolas, que serve de subsistência para aqueles que a praticam, alguns vendem os excedentes de sua produção para financiá-la ou até mesmo para complementar os produtos de sua alimentação. É praticada no âmbito da família.

Segundo a lei nº 11.326/2006, formaliza o conceito de agricultura familiar conceituando o seu principal ator, definindo o agricultor familiar da seguinte maneira:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006)

O conceito de agricultura familiar era desconhecido como informa Castro (2013, *apud* BELIK, 2000, p. 31), analisa o agricultor familiar era considerado um miniprodutor, para efeito exclusivo de enquadramento no manual de crédito rural. Dessa forma esse pequeno agricultor disputaria o crédito com os demais produtores, no qual era obrigado a cumprir as mesmas exigências de empréstimo bancário impostas ao grande produtor.

Segundo a FAO (2019) declarou que os agricultores familiares estão na linha de frente dos esforços globais para combater a desnutrição e outras formas de má nutrição e promover uma alimentação saudável, precisam de um apoio mais forte frente ao crescimento da fome e da obesidade em todo o mundo. Ainda observou sua contribuição

como essencial para salvar a agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional (FAO, 2019)

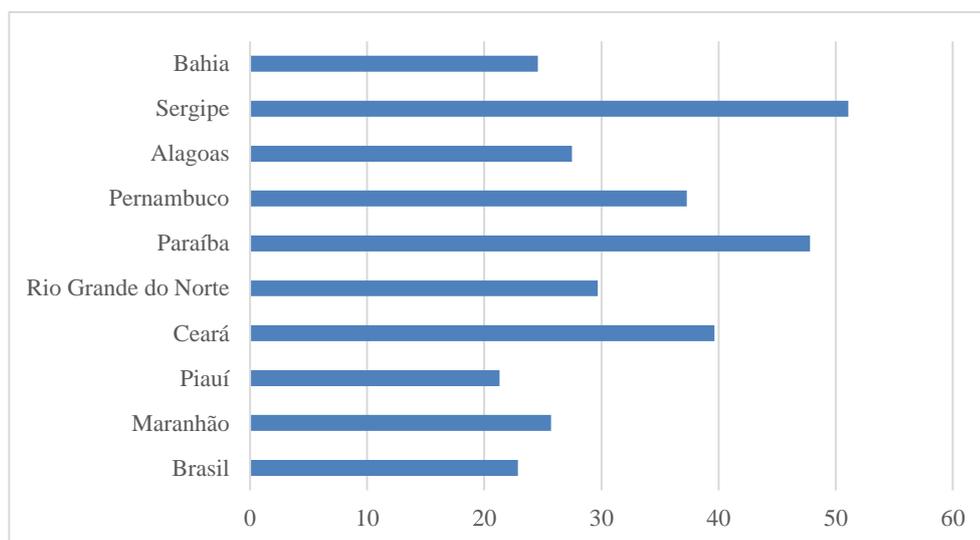
A Agricultura familiar tem importante contribuição na produção de alimentos, principalmente no que se refere a cesta básica de consumo do brasileiro. De acordo com dados do IBGE do Censo agropecuário 2006, a agricultura familiar respondia pela produção dos seguintes alimentos 87% da produção brasileira de mandioca, 70% do feijão produzido, 46% do milho, 34% da produção de arroz. Principais itens da cesta básica (IBGE, 2007)

Dados como esses podem ajudar a sensibilizar os produtores locais, pois são eles os principais responsáveis pelo que comemos e também pelo que é servido nos equipamentos sociais os quais são comprados diretamente deles para os equipamentos públicos e temos que tornar isso um ciclo contínuo em que as instituições e as pequenas propriedades rurais sejam sustentáveis.

Diversas políticas vêm sendo aplicada no reconhecimento da agricultura familiar, pode-se citar a criação do Programa nacional da agricultura familiar (PRONAF) no ano de 1995, O programa garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos – (PAA) modalidades, e obrigatoriedade de aquisição da agricultura familiar como é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Pode-se ainda destacar que no Brasil que além dos incentivos que devem ser dados, há de destacar a permanência destes agricultores no campo diminuído o êxodo rural.

Na última assembleia da Organização das nações Unidas- ONU (2019), reunido com representantes em um diálogo internacional organizado por Organizações das nações unidas para alimentação e a agricultura (FAO) e Fundo internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para discussão desafios e oportunidades para agricultura familiar (FAO, 2019). Essas organizações lideram a implementação da década da Agricultura Familiar, visando criar um ambiente, no intuito de fortalecer um melhor posicionamento da agricultura familiar e aumentar a participação dos agricultores familiares para segurança alimentar e nutrição em nível mundial.

O gráfico a seguir mostra a participação da agricultura familiar na produção de alimentos, dados do total do país e dos estados do Nordeste, no qual pode-se perceber que nesses estados em sua maioria, exceto o Piauí, superam a média nacional na produção de alimentos pela agricultura familiar, evidenciando sua importância nessa região.

Gráfico 1- Produção agropecuária da Agricultura Familiar(2017)

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2019

Segundo o Censo Agropecuário realizado em 2017 (BRASIL, 2019), o Brasil conta com 5.073.324 estabelecimentos da Agropecuários, 77% destes estão enquadrados como da Agricultura Familiar, ou seja 3.897.408. Ocupando uma área de 81 milhões de hectares, correspondendo a 23% da área total do estabelecimentos agropecuários brasileiros. Esses dados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Área total dos estabelecimentos agropecuários e Total de estabelecimentos da Agricultura Familiar – 2017

Agricultura	Total de Estabelecimentos	Área Total
Total	5.073.324	351.289.000
Agricultura familiar	3.897.408	80.796.470
Outros	1.175.916	270.492.530

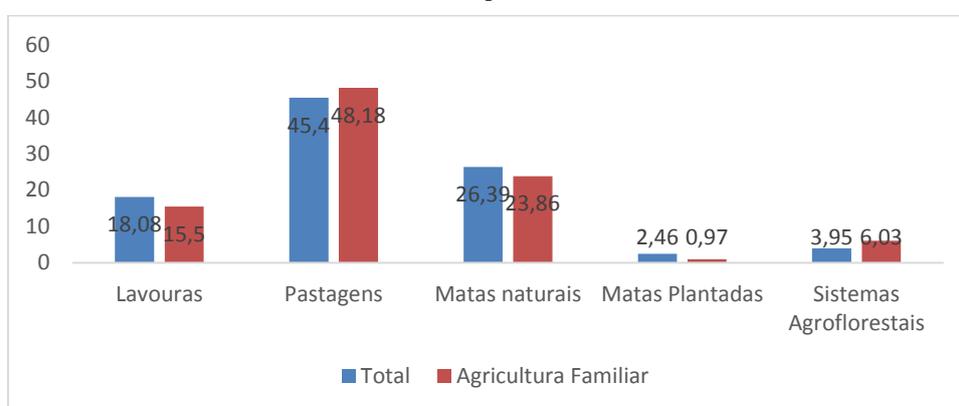
Fonte: Elaboração a partir de dados do IBGE, 2019

Ainda pela tabela pode-se perceber que o número de estabelecimentos da Agricultura Familiar corresponde a 77% do total, e que ocupa apenas 23% da área. Evidenciando a concentração com esses dados, a concentração de terras nas mãos da agricultura patronal nos diversos tipos de estabelecimentos agropecuários, o qual pode ser observado nesse censo (IBGE, 2019) Pode-se ter a percepção que apesar da Agricultura Familiar ocupar uma área menor, sua produção mostra-se muito significativa, uma vez que apesar da área ocupada a produção superar a produção de outros

estabelecimentos não familiares.

A partir desses dados pode-se mostrar a forma de distribuição das terras em nosso território, no que refere as utilizadas pelos estabelecimentos da Agricultura familiar. Podemos perceber que grande parte das áreas são utilizadas como pastagens, um percentual de 48%, enquanto outras atividades enquanto que as matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 31% das áreas, e por fim, as lavouras, que ocupavam 15,5%. Podendo esses dados serem observados no gráfico 2. (IBGE, 2019)

Gráfico 2 – Percentual de utilização de terras nos estabelecimentos da Agricultura familiar, segundo o tipo de cultivo 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017.

A população do campo nesse Censo de 2017 foi revelada como 16% não sabiam ler e escrever e 89% declarou não ter recebido orientação técnica e dos que sabiam ler e escrever 70% tinham no máximo o fundamental (1 170 784) e destes apenas 31% declarou ter recebido orientação técnica, Mostrando dessa forma o baixo grau de escolaridade e de sua qualificação de mão de obra, nos revelando ainda que caso esses índices melhorem o campo ficará mais qualificado e a possibilidade de aumento na produção, pode aumentar consideravelmente. (IBGE, 2019).

As famílias que tem conhecimento, no momento da produção buscam aprendizados e a cada safra sabem quais os fatores que foram benéficos ou não para o aumento da produção, a orientação técnica é apontada como um caminho para o sucesso de suas lavouras. No Censo Agropecuário de 2017, 3.897.408 estabelecimentos atenderam aos critérios e foram classificados como agricultura familiar, o que representa 77% dos estabelecimentos agropecuários levantados pelo censo. Ocupavam uma área de 80,9 milhões de hectares, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários

brasileiros. (IBGE, 2018)

2.2 Agricultura Familiar no Nordeste Brasileiro

A Região Nordeste é composta por 9 Estados litorâneos, tem uma área de extensão de 1.554.291.607 quilômetros quadrados, o que equivale a 18,27% do território brasileiro (IZAURA, 2020). Essa região que historicamente é castigada por secas e déficits de investimento público. Nessa região predomina um tipo de bioma chamado caatinga, com o clima semiárido, sendo reconhecido como perímetro das secas. Tendo como características de seus solos pobres em nutrientes e pouco apropriado para atividades de produção agrícola, por conta de sua estrutura física. Além dessa problemática das secas e da má distribuição de chuvas (CASTRO, 2012)

Deste modo representando grandes desafios na produção e na produtividade, suas características trazem incertezas em relação a diversos fatores, como cita Castro (2012) sejam ele de ordem de estrutura de solos, precipitação pluviométricas, fertilidade do solo, entre outros fatores. E quantidade de recursos sejam eles naturais ou não. Dificultando a vida daqueles que vivem nessa região, para a produção de alimentos e da própria existência sem recursos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e de pecuária.

Sabe-se que existem diversos desafios a serem superados nessa região para o desenvolvimento efetivo da agricultura familiar, no entanto entende-se que existem também diversas oportunidades que devem ser aproveitadas. É nesse sentido que chama atenção para o entendimento dessa dinâmica regional. Diante dos diversos desafios como já mencionamos as estiagens prolongadas. Provocando a saída do homem do campo para as cidades e até mesmo para outras regiões, essas secas provocam a perda de plantações inteiras.

As limitações enfrentadas, podem ser apontadas nessa região como a imprevisibilidade de chuvas e a provocação das secas prolongadas, principalmente na região conhecida como semiárido. Como relata (CASTRO, 2012, p.15) [...] em números o tamanho do semiárido, essa região abrange 57% da área do nordeste, aproximadamente, 40% da população do semiárido e tem precipitação média anual inferior a 800 milímetros (SUASSUNA, 2005)

Desse modo prejudica a agricultura, pois diversas culturas não se desenvolvem nestas áreas, pois requerem uma precipitação bem acima da média da região, e essa precipitação não ocorre de forma regular, tendo meses que sequer chove, ocasionando veranicos e as culturas não suportam a falta d'água. Não resistindo nem se desenvolvendo

nem sequer chegam à maturação fisiológica.

Além dessas tem-se também a pouca assistência técnica no campo, ainda existindo práticas como queimadas que esterilizam o solo, poucas opções de financiamento da produção praticamente inexistindo, tais investimentos ou mesmo não chegando de forma efetiva ao homem do campo. Envolve outros fatores de ordem políticas, sociais, ambientais como citada a prática de queimada e ainda tecnológicas e econômicas.

O nordestino se destaca como um forte, porque em meio as adversidades ele ainda procura produzir nesse cenário de incertezas, colocando seu trabalho a disposição e a mercê da inconstância das chuvas e acreditando em dias melhores. E o Nordeste podemos perceber isso que a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura Familiar, correspondendo a 79% dos estabelecimentos pesquisados no último Censo Agropecuário de 2017. (IBGE, 2019). Pode-se visualizar esses dados no Tabela 2.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia agricultura familiar ou não familiar 2017

	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Brasil	5.073.324	1.175.916	3.897.408
Nordeste	1.729.143	364.160	1.364.983
Ceará	384.112	92.269	291.843
Icó	6.024	1.523	4.501

Fonte: Censo Agropecuário 2017

Essa relação de dados se mostra de grande importância uma vez que por meio desses dados, pode perceber que esse grande número de estabelecimentos da agricultura familiar, podemos associar que suas produções contribuem com a segurança alimentar do povo que reside nessa região. Minimizando as diversas agruras que esse povo venha a viver devido as suas condições regionais.

Diversas tecnologias vêm sendo implantadas no nordeste brasileiro algumas com êxito outras nem tanto. Como discorre Passador *et all* (2007)

“A ideia de resolver o problema da água no semiárido foi, basicamente, a diretriz traçada pelo Governo Federal para o Nordeste e prevaleceu, pelo menos, até meados de 1945. Na época em que a Constituição brasileira de 1946 estabeleceu a reserva no orçamento do Governo de 3% da arrecadação fiscal para gastos na região nordestina” (PASSADOR, 2007 p.4).

Um desses investimentos mais atuais que pode-se citar e o projeto de transposição

do rio São Francisco que dentro de suas demandas inclui a agricultura, pois se trata de sua principal atividade econômica. Que se mostra como uma minimizadora dos efeitos de estiagens. Outras iniciativas também podem gerar grandes benefícios e trazer melhores condições na produção.

Como cita Castro (2012) uma ideia menos dispendiosa e que traria muitos benefícios para a população do Semiárido, inclusive com impactos sobre atividades agrícolas desenvolvidas por essa população, é o uso de cisternas pela população rural difusa. Iniciativas de combate a própria desertificação dessa região se mostra como alternativa para ser usada e na minimização dos efeitos que os solos locais, considerados como pobres e susceptíveis desertificação nesses ambientes já considerado frágil, conforme se mostra suas características.

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos

Programa Aquisição de Alimentos foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Tem como finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Dentre suas finalidades podemos citar ainda o incentivo ao estoque público de alimento. (BRASIL, 2003)

Esse Programa contribui de forma efetiva na valorização dos produtos da Agricultura Familiar, adquirindo-os por preços mais justos, não necessitando de intermediários na escoação da produção do pequeno agricultor. Facilita hábitos alimentares mais saudáveis, o que acaba até mesmo por incentivar o associativismo de forma a valorizar a biodiversidade e a produção sustentável de alimentos.

O PAA é executado em cinco modalidades a saber: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. Tem como orçamento recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Cartilha PAA, 2010).

Seu público alvo é constituído por fornecedores e pelos consumidores dos alimentos doados: O primeiro são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O segundo grupo é formado por indivíduos em situação

de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

O qual que tem como público alvo pessoas em vulnerabilidade social e que são mais afetadas na questão da insegurança Alimentar. Além é claro das famílias de agricultores no escoamento do excedente de suas produções. As políticas públicas embora incidam sobre a esfera privada onde tem sua formulação, implementação a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões, públicas, ou seja, por mais óbvio que pareça as políticas públicas são públicas.

Como cita Rua (2014) Pode-se citar o programa ainda como um mitigador dos efeitos sociais da má implantação das políticas públicas que não chegam a quem delas precisam. Esse é um de muitos problemas que podem ocorrer, no momento em que o desvio de algum componente da execução de uma política não se comporta de maneira adequada, refletindo nas outras variáveis e impedindo que a execução seja eficiente.

Esse programa serve de incentivo produção, pois os Agricultores familiares sabem que podem vender o excedente de sua produção por preços justos, diferentemente de colocarem suas produções nas mãos dos atravessadores. Que muitas vezes lucram em cima de uma produção mínima e a preço baixo de acordo com o valor que o comprador quer.

A seguir pode-se visualizar na Tabela 3 no qual consta as modalidades e formas de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia agricultura familiar ou não familiar 2017

Modalidade	Executor	Forma de acesso	Limite de recursos
Compra direta	Conab	Cooperativa e associação	R\$ 8.000,0 por unidade familiar, até 500mil por organização
Formação de estoque	Conab	Cooperativa e associação	8 mil por unidade familiar, até 1,5 milhão por organização
Compra com doação simultânea	Conab, estados e municípios	Individual, cooperativa, associação e grupo informa	R\$ 6.500,00 por agricultor

PAA-Leite	Governos estaduais	Individual, cooperativa, associação e grupo informais	R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) anual por unidade familiar
PAA- Sementes	Conab	Cooperativa e associação	até R\$ 6 milhões por ano em sementes, e o limite por agricultor é de R\$ 16 mil.
Compra institucional	Ente interessado	Cooperativa e associação	até R\$20 mil

Fonte: Elaboração própria, dados do Ministério da Cidadania e Conab 2020 e IN SEDES N° 1

Tem-se como foco apenas uma modalidade que é a CDS, no entanto podemos ver na tabela 6 modalidades, o que demonstra que essa política é muito abrangente no que se refere a valorizar a Agricultura familiar, pois a unidade familiar pode participar de mais de uma modalidade desde que cumpra requisitos da modalidade interesse em participar. Tais modalidades visam atender outras finalidades e são elas: Compra direta, formação de estoque, PAA leite, PAA sementes, Compra institucional.

A modalidade compra direta visa o acesso a alimentação, visando a oferta de determinados alimentos no intuito de manter os preços de determinados alimentos. No qual são feitos estoques públicos. No momento em que o preço desses alimentos dispara ou mesmo estes alimentos tão com preço abaixo do de mercado. Anunciam a compra direta daqueles alimentos. E os agricultores aptos comparecem ao local de compra com a mercadoria a ser fornecida. Os alimentos que podem ser fornecidos na compra direta devem observar requisitos mínimos perecibilidade, qualidade e serem produzidos pelos próprios agricultores e ainda devem constar de alimentos básicos da alimentação brasileira. Sua forma de execução é por meio de Termo de Cooperação, com recursos advindos do MDS e MDA, repasses oriundos da CONAB.

Já o Formação de Estoque tem como principal objetivo apoiar financeiramente a formação de estoques dos agricultores familiares ou suas entidades, agregando valor e na tentativa de equilíbrio de preços para a venda posterior num momento mais propício. Dando aos mesmos duas possibilidades: estoques públicos de alimentos e a comercialização dos alimentos com devolução dos recursos ao poder público. Nessa

modalidade o recebimento dos alimentos está condicionado a ser da safra vigente e estarem dentro dos requisitos estabelecidos, aqui também é utilizado o Termo de Cooperação.

O compra com doação simultânea recebe alimentos diversificados, entregue em uma Central que em seguida é distribuído para as entidades cadastradas. Na central é feito a separação, pesagem, verificação de fiscalização pelos órgãos competentes e se estão dentro dos padrões preestabelecidos. Seguido de distribuição. Um de seus principais objetivos é complementar a alimentação já servidas pelas entidades socioassistenciais. Nessa modalidade não há exigência de licitação e são utilizados recursos do MDS. Executados pelo governo Estadual com Termo de Cooperação Técnica com os municípios ou diretamente com o Ministério.

O PAA leite tem como intuito o incentivo ao consumo de leite de bovinos e caprinos da população que se encontram em estado de insegurança alimentar nutricional, oriundos da produção da agricultura familiar. Entre os requisitos de participação está a documentação pessoal CPF, RG e DAP e NIS, entre outros. E como essa modalidade só recebe um tipo de alimento, tem requisitos próprios como a entrega do leite em laticínios indicados, os quais são responsáveis por coletar, recepcionar, pasteurizar e embalar e transportar para os pontos de distribuição. No qual as famílias retiram sua cota de leite predeterminada.

O PAA sementes integra o sistema nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no qual busca a soberania alimentar, a produção agroecológica e camponesa, incentivando a hábitos alimentares mais saudáveis. Conforme consta na legislação:

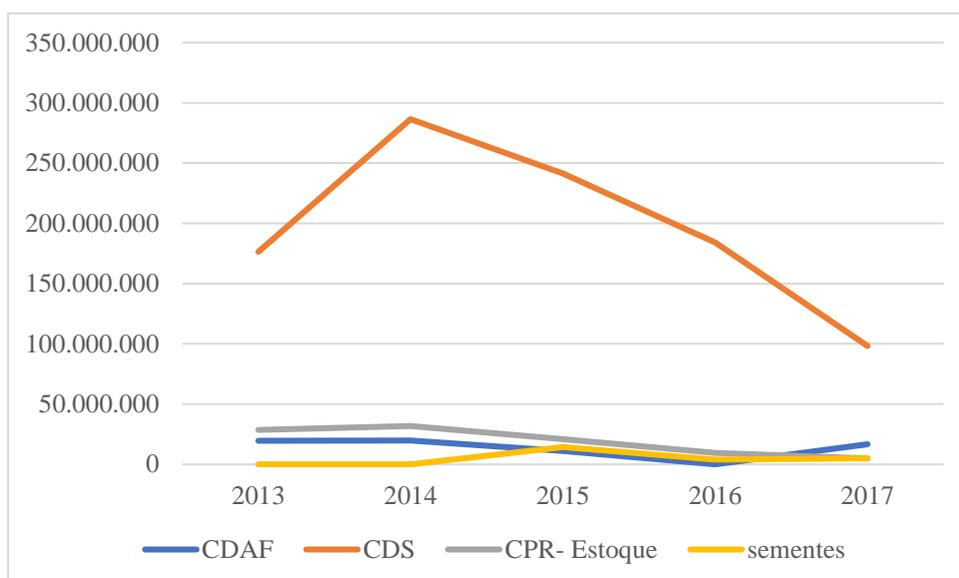
Art. 8º Poderão ser adquiridos, no âmbito do PAA, sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares, até o limite de cinco por cento da dotação orçamentária anual do Programa, respeitados os limites de participação descritos no art. 19, para estimular a produção de alimentos, o combate à pobreza e a promoção da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2012)

O compra institucional tem como objetivo a compra regular de alimentos para atender o setor público hospitais, presídios, quartéis, universidades entre outras instituições. Os recursos são próprios do ente que esteja realizando a compra. Os alimentos são destinados diretamente para alimentação. O modo de seleção dos

provedores é por meio de Edital Chamamento Público, garantindo que todos que estejam dentro dos critérios possam participar.

Dentre as modalidades que vem se destacando podemos ver nesse Gráfico a seguir uma evolução em relação as diferentes modalidades:

Gráfico 3 - Evolução das modalidades do PAA de 2013 a 2017 (valor em reais)



Fonte: Conab

A modalidade CDS se apresenta com um volume de recursos maior, é uma que possibilita a compra de produtos mais característicos da agricultura familiar como frutas, hortaliças e legumes advindos das famílias produtoras e distribuídas as pessoas das entidades receptoras. Desse modo pode-se ver que as chefes de família muitas vezes são as responsáveis por colocar alimento na mesa e no sustento de seus filhos, contribuindo dessa forma para a segurança alimentar da família. Uma vez que elas que conduzem o cardápio da unidade familiar e de certa forma tem o controle dos hábitos alimentares dos mesmos.

E vai além ao assumir papéis não só domésticos, tendo responsabilidades pelo cultivo e abrindo um mercado que antes não era destinado a elas. Suas ações se direcionam para a colaboração com a soberania alimentar de todos, não só de seus próprios familiares, mas de todos indistintamente. Segundo Gomes; Andrade (2013, p. 393)

A soberania alimentar trata a perspectiva do direito de populações – principalmente daquelas que tiram da relação com a terra o seu sustento

– assegurarem o seu consumo com base na sua produção. Soberania alimentar torna-se um conceito elementar para articular a luta dos povos em defesa da alimentação como um bem e um valor cultural em oposição ao seu valor como mercadoria para atender aos interesses do mercado externo.

Nesse contexto é que as mulheres trabalhadoras que vivem no campo entrariam com um papel definitivo, uma vez que o que depende delas, principalmente, o sustento da família e à produção variada dos alimentos que vão à mesa da família.

2.4 Programa de Aquisição de Alimentos compra com doação simultânea – PAACDS

O PAACDS é executado no município do Icó desde 2015. O município em estudo tem potencial para agricultura, dentre muitos problemas que existem por nós estarmos situados no Nordeste Brasileiro. Convive-se constantemente ao longo dos anos com o problema das secas, no qual ano após ano, temos que lidar com esse fator adverso e é o homem do campo que mais ver suas produções serem diminuídas por conta das chuvas que são escassas e políticas de incentivo à produção não serem tão efetivas, caso compararmos ao agronegócio. (SEDAGRH, 2017)

Deve-se dar incentivos ao pequeno produtor a organizar e fazer da pequena propriedade rural um local de produção em que os recursos sejam realmente muito bem aproveitados, por meio de buscas de parcerias que possam levar técnicas que beneficiem esses agricultores e que de posse de conhecimentos técnicos possam implementar nas suas propriedades técnicas de aproveitamento de água, solo e adubos naturais para melhor produção. E organizá-los para fornecer alimentos de qualidade, principalmente para o governo que tem o poder de compra e de decisão e cabe aos atores sociais sensibilizarem os gestores com o intuito de entrarem nesse processo que precisa ser contínuo, no qual o agricultor planta de forma sustentável e bem acompanhada para fornecer suas produções e assim criar um ciclo de desenvolvimento contínuo.

Os gestores conhecedores da dinâmica local se preocupam com suas compras, não se limitando a comprar o mínimo que a legislação exige como por exemplo o Programa Nacional de Alimentação escolar que estipula o seguinte na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009)

Os executores do Programa procuram influenciar os produtores por meio de reuniões e seminários com agricultores da Agricultura familiar, levando informações por meio da Secretária de agricultura e seus técnicos com o intuito que os produtores forneçam produtos realmente sustentáveis e saudáveis nos quais os processos de produção seja feitos de maneira a não impactar negativamente o meio ambiente, nem o entorno da comunidade, sabendo que esses são os locais que estes produtores além de produzirem seus alimentos e vendem o que excedem e essa preocupação tem que ser de todos dos gestores, dos cidadãos e dos beneficiários dos programas.

Essa sensibilização realmente pode se dá a partir de quem tem o poder de compra, pois pode influenciar quem produz. No caso o PAACDS no município compra 100% dos recursos disponibilizados da agricultura familiar. (SEDAGRH, 2017). Sabe-se que existem outras políticas públicas que podem ser acessadas por estes mesmos agricultores. Os produtores locais são os principais responsáveis pelos alimentos consumidos pela população local, o qual são servidos nos equipamentos sociais os quais são comprados diretamente deles para os equipamentos públicos se busca tornar isso um ciclo continuo em que as instituições e as pequenas propriedades rurais tornem-se sustentáveis.

Esse apoio que pode ser prestado pelos implementadores das políticas públicas pode ser de grande valia, para as pessoas que trabalham com a segurança alimentar que pode está fomentando o tema junto aos agricultores onde eles façam o monitoramento da oferta e da demanda alimentar e dos fatores que afetam o acesso das pessoas que estão nas organizações por gêneros alimentícios mais saudáveis e incentivando a sustentabilidade de todos os lados sejam das famílias que produzem seja das famílias que recebem este alimento nos instituições podem esta mostrado o quanto suas produções são benéficas para as pessoas e do outro lado fazendo que produzam com diversidade para abastecer as famílias locais.

A sociedade civil organizada sejam associações, sejam elas cooperativas pode está debatendo essa temática que é a sustentabilidade das produções, para fornecer pra compras mais sustentáveis de produtos que sejam saudáveis e que façam a diferença da vida das pessoas que irão consumir estes alimentos, e que quando participem das vendas realmente vejam o impacto que pequenas atitudes impactam no seu entorno. Onde os alimentos seja alimentos produzidos de forma artesanal e de qualidade nutritiva superior aos industrializados. Progressivamente o programa gera incentivos grandes na obtenção e segurança de renda para as famílias produtoras, manutenção de preços de seus produtos

e de certa forma garantindo Segurança alimentar as populações rurais e também urbanas.

Essa preocupação pode-se notar que ela não é nova em relação a sustentabilidade e que deve ser uma ação de todos uma vez que sediamos a Conferência internacional em 92 a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro entre 3 e 4 de junho de 1992. Organizada pela Organização das Nações Unidas- ONU no qual teve participação de 179 países e que teve como resultado a preocupação com medidas para conciliar crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. (FRANCISCO, 2020)

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Considerando os objetivos propostos nesse trabalho, na caracterização do Programa de Aquisição de alimentos e seus beneficiários, lançamos mão de ferramentas no intuito de compreender, nosso objeto de estudo e entende-se que o Estudo de Caso, ajuda nesse intento. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.276)

O Estudo de Caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado.

Nesse sentido busca-se informações mais específicas na composição de nosso objeto, buscando informações relevantes a serem analisadas, valendo-se de observações e solicitação de documentos para análise. Utilizou-se ainda a Observação participante interagindo com os grupos sociais, na busca de coletar informações Programa, da execução e de seus beneficiários. Relatado por LAKATOS (2011 apud Mann, 1970, p. 279) referindo-se a Observação Participante tratar de uma tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando o observador um membro de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles.

Na qual pode-se classificá-la como exploratória de acordo como cita Marconi e Lakatos que pesquisa alguma parte da estaca zero. Ainda que exploratória, isto é, de avaliação de uma situação concreta desconhecida, em um dado local, alguém ou algum grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida. Podemos acrescentar ainda o pensamento de Zannela (2013 apud GIL, 2007, p. 33) “a pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior

conhecimento, [...]”.

Dentre as diversas informações que tivemos contato para o estudo podemos as caracterizar e/ ou classificar como predominante informações qualitativas, nos sendo sugerido o método qualitativo, partindo das ideias de Zannela (2013, p. 104) “Método qualitativo preocupa-se em conhecer a realidade, segundo a perspectiva dos sujeitos participantes da pesquisa, sem medir ou utilizar elementos estatísticos para análise dos dados.

Em termos gerais o trabalho trabalha predominantemente dados qualitativos, havendo certa predominância, uma vez que tratamos de características e conceitos dos beneficiários do programa desta forma concordando com o seguinte: o estudo qualitativo “ é o que desenvolve numa situação natural; rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada. ” Lakatos (2011, apud MENGA, 1986, p. 271)

3.2 Cenário da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito de uma importante política pública executada da cidade de Icó, município brasileiro do Estado do Ceará. Município de Icó pertencente ao Estado do Ceará.

O Programa de Aquisição de alimentos CDS, atende 17 instituições que fornecem refeições contínuas para seu público alvo. Dentre essas instituições da área da educação temos 8 escolas municipais de ensino fundamental, da área da saúde temos 3 instituições: o Hospital Regional, CAPS infantil, CAPS II. Da área social atende 3 CRAS e mais duas instituições a APAE e a Fundação menino Jesus e a Cadeia Pública.

Os alimentos doados entram como complementação na composição dos alimentos servidos. Os quais são oriundos da Agricultura familiar que os produz diretamente e fornece os excedentes para programas e para o comércio local.

3.3 População e Amostra

A população estudada compõe-se de pessoas em vulnerabilidade social que recebem alimentos nas instituições socioassistenciais, e dos fornecedores dos alimentos os Agricultores familiares. A pesquisa foi realizada no município de Icó – Ceará. Pelo contato diário atividade profissional neste município.

A amostra é constituída pelos beneficiários do PAACDS, no período de 2017 e 2018. Os critérios de inclusão: estarem devidamente cadastrados no programa como beneficiários e/ou fornecedores.

3.4 Instrumento para Coleta de Dados

Dados secundários tem predominância uma vez que tivemos por meio de contato direto com Relatórios de execução do Programa, para uma maior clareza e maior fidedignidade do nosso relato ao longo do trabalho, no entanto, como forma de complementação lançamos mão de dados primários que de acordo com a mesma autora, [...] São dados coletados de “primeira mão” diretamente com quem tem a informação.

De acordo com Zannela (2013, p. 97) os dados secundários são: aqueles dados que já foram coletados, tabulados, ordenados e, algumas vezes, já analisados: publicações [censo demográfico, industrial, etc.], relatórios e manuais da organização [documentos internos], [...].

Dados complementares foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, pelo fato de como ela se desenvolve seguindo um roteiro ou “guia” criado pelo entrevistador, mas sem se prender rigidamente à sequência das perguntas. A conversa segue conforme os depoimentos do entrevistado, sem obedecer rigidamente ao roteiro de entrevista. (ZANNELA, 2013, p. 117).

Como trata-se um Programa Federal, necessita de requisitos para ser executado e de cumprimento de algumas etapas, e a partir desses requisitos e desses cadastros que encontramos os dados necessário para inserir no trabalho e melhor analisa-los, isolando-os e comparando-os. Para melhor visualização. Desta forma foram elaborados gráficos e tabelas para uma melhor classificação e uso.

4 Análise de Dados

Esse estudo se propõe a identificar dados fornecidos pela secretária de Agricultura municipal do Icó, que caracterizem os beneficiários do PAA. Um ponto a se ressaltar é a comparação dos mesmos os quais permite atribuir características a população do estudo. Está análise que ora apresentamos tem como base referencial estudos e pesquisas já publicadas e de dados secundários já consolidados e uma entrevista realizada.

Cabe destacar que a análise de qualquer política pública não é algo simples, entretanto, no intuito de avaliá-la, Rua (2012) destaca que a avaliação formal é o exame sistemático de quaisquer intervenção planejada na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidades e/ou impactos.

Nossa análise recai sobre dados já consolidados, o que pode nos sugerir o que pode ter ocorrido no decorrer da execução do programa e possíveis formas de intervenção, que se perceba falha ao fim da execução do período estudado. Dentre formas de avaliação de políticas públicas podemos citar Andrade (2008 apud FONSECA, 2005, p. 13), nos livros textos sobre políticas públicas há várias modalidades de avaliação. O acompanhamento da implementação da política faz com que os resultados sejam atingidos com maior facilidade e de forma mais eficaz.

Serão citados os modelos de avaliações: ex ante, ex post e em processo. Na avaliação ex-ante, são avaliações feitas ainda no processo de criação das políticas, ou seja, antes da implementação dela. Essas avaliações são responsáveis pela continuidade ou pela execução ou não das políticas públicas. Já a avaliação ex-post, tipo de avaliação que se destina a fazer o balanço dos resultados de uma política ou a aquisição de conhecimento sobre experiências anteriores, a avaliação em processo, corresponde à inclusão da correção do rumo no decorrer do processo de implementação das políticas públicas, com as correções feitas no momento certo ajudam na eficiência das políticas. (ANDRADE, 2008)

Nesse trabalho foi observado que se trata de pessoas em vulnerabilidade social, que já recebem assistência nas entidades que são cadastradas, temos 08 escolas públicas com beneficiários jovens de 7 a 15 anos, o que representa 77,25% dos beneficiários da educação. O qual atende um total de 1222 pessoas. Atendendo ainda em 03 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, o qual atende as famílias por meio de grupos de idosos, gestantes, crianças entre outros. Atende com refeições a 171 pessoas, das quais

94 são homens e 77 mulheres disponibilizando para estas pessoas refeições contínuas. E mais 6 entidades, sendo 03 da área da saúde e mais entidades privadas. O que de um modo geral podemos ver que a maioria das pessoas atendidas tem entre 7 e 15 anos, aproximadamente 63% do total de beneficiários. Trata-se de pessoas de baixa renda que já são atendidas nessas entidades. Geralmente pessoas carentes.

Como a avaliação vai se dar posterior a execução, nosso trabalho utilizará a avaliação ex post, fazendo um balanço e analisando os dados já consolidados o que podemos perceber que o programa tem um público muito amplo que não conseguiu alcançar um número mais expressivo de beneficiários, pois somente na área da educação o universo de beneficiários nos anos do estudo representava uma pequena parcela do total de matrículas daqueles anos 2017 e 2018. Como se pode observar na tabela 4 abaixo:

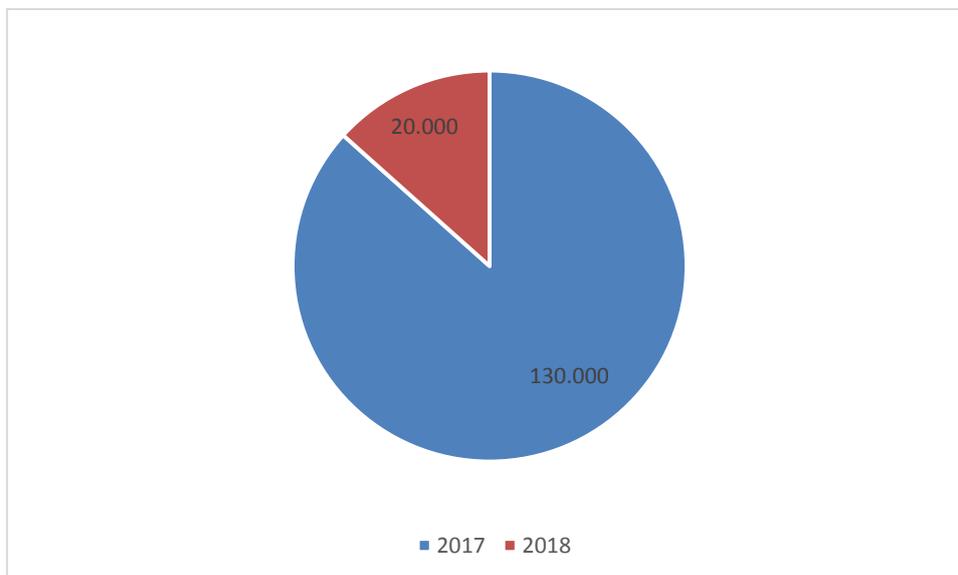
Tabela 4 – Beneficiários oriundos inscritos como beneficiários consumidores das escolas municipais inscritas no PAACDS e percentual de assistidos

Ano	Nº de beneficiários	Matrículas	% assistidos
2017	1.222	11.769	10,38
2018	1.222	9.916	12,32

Fonte: Elaboração própria, INEP 2018

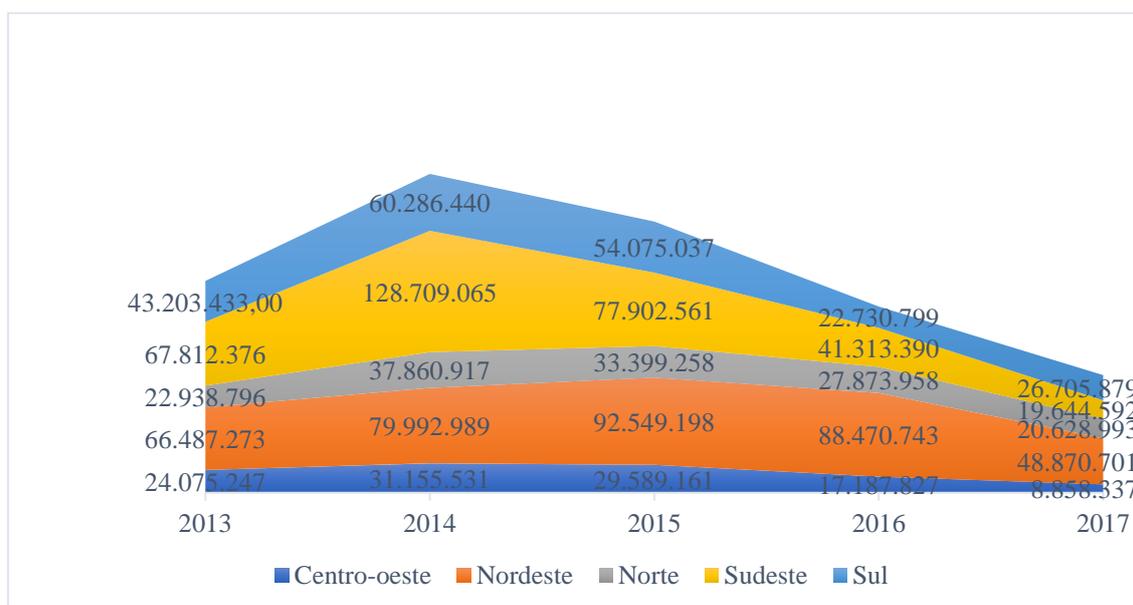
Pelos dados apresentados pode-se inferir que ainda que o número de assistidos na área da educação tenha tido um leve crescimento positivo de 10,38% para 12,32% ainda é considerado um número muito baixo num universo amplo, considerando que a população do estudo é considerada carente de recursos. Segundo os gestores do Programa o desejo seria atender no mínimo 50% desse universo de pessoas se referindo apenas a área da Educação nesse caso em específico, esse público estaria contando com uma importante política no combate a insegurança alimentar.

Os gastos com as políticas ainda são insuficientes, e necessita ser mais bem gerenciados para que o ganho gerado pela eficiência possa ser alocado no atendimento de mais famílias Andrade (2008 apud FONSECA, 2005). Para ilustrarmos nosso pensamento visualizaremos os recursos disponibilizados nos anos do nosso estudo no município do Icó - Ceará no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Recursos disponibilizados nos anos de 2017 e 2018 para a compra de alimentos no PAACDS

Fonte: Elaboração própria, SEDAGRH 2018

Ao analisar o gráfico 4 percebe-se a grande redução que ocorreu na disponibilização dos recursos para a compra de alimentos de um ano para outro, da ordem de 85%, sendo no entanto mantido o número de beneficiários e não sendo possível a inclusão de novas entidades e conseqüentemente mais beneficiários, sejam consumidores e até mesmo fornecedores já que o recurso disponibilizado não daria para receber novas propostas. Visualiza-se o declínio na disponibilização de recurso do PAA, no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 – Evolução dos recursos aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2013 a 2017

Fonte: CONAB

Conforme apresentado no gráfico 5 existe uma diminuição da disponibilização de recursos em praticamente todas as regiões, o que pode explicar essa reflexão nos pequenos municípios. Inviabilizando a entrada de novos produtores e o cadastramento de novas entidades. Infelizmente é um cenário que se mostra não muito positivo, no que se refere a expansão do programa, já que os recursos estão com esse histórico de queda. Embora desejamos que a conjuntura mude e novos recursos sejam destinados a esta política.

A aplicação de recursos tem como resultados as demandas próprias de cada região, de como elas se organizam socialmente, como obtém informações da maneira como se organizam por meio de suas representações. Facilitando a produção e a cooperação entre os produtores e a sociedade vai se organizando de modo a atender as formas como esses produtores buscam meios para aumentarem as produções e ofertar mais alimentos. Um possível desencadeamento dessa aplicação de recursos é o aumento da renda das famílias. Quando recursos são alocados com o intuito de diminuir as diferenças regionais sejam elas de desenvolvimento e até mesmo econômicas.

Um fato interessante é o que pode ser observado na Tabela 2 a seguir, sendo possível ver a modalidade que se destaca na alocação de Recursos nos Estados do Nordeste.

Tabela 5 – Alocação dos recursos do PAA no Nordeste por modalidade de comercialização em 2017
(valor em reais)

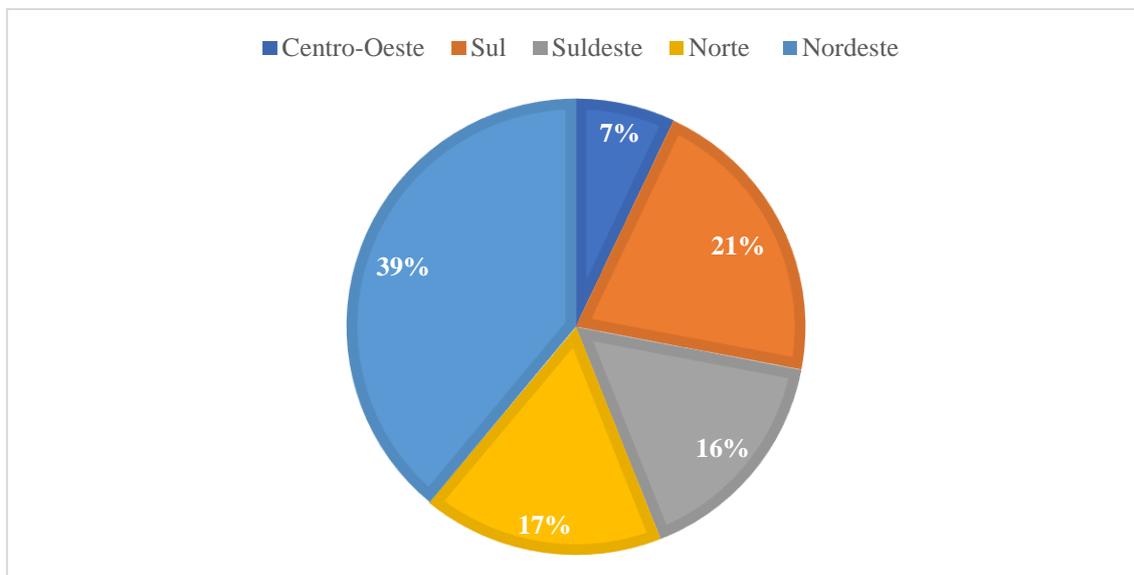
REGIÃO/ UF	COMPRA DIRETA	COMPRA COM DOAÇÃO	FORMAÇÃO DE ESTOQUE	SEMENTES	TOTAL PAA
Nordeste	2.029.074,92	44.864.561,84	959.993	1.017.071,80	48.870.701,44
Alagoas	499.999,92	6.487.800,36		306.006	7.293.806,28
Bahia		8.019.704,00	360.000		8.379.704,00
Ceará		5.632.514,80			5.632.514,80
Maranhão		5.670.633,34			5.670.633,34
Paraíba		6.014.328,33			6.014.328,33
Pernambuco	1.529.075,00	5.328.327,89			6.857.402,89
Piauí		3.117.643,98	599.993	445.120	4.162.756,86
Rio Grande do Norte		2.950.633,49			2.950.633,49
Sergipe		1.642.975,65		265.946	1.908.921,45

Fonte: elaboração própria dados Conab

A modalidade que recebeu mais recursos nos Estados do Nordeste foi o compra com doação, sendo verificado sua importância diante das demais modalidades, pois os alimentos chegam as pessoas que mais necessitam, contribuindo para minimizar os efeitos da má distribuição de renda do nosso país, uma vez que a região Nordeste fica atrás das outras regiões, principalmente no que se refere a geração de riquezas e a própria exploração de recursos naturais.

Vale ressaltar que as políticas públicas na definição de Madeira (2014, p.22) [...] conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com o objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. Desse modo acreditamos que elas estão focadas mais na oferta do que na demanda, e pudemos perceber que em vez de aumentar os recursos tiveram uma redução drástica de R\$ 130 mil para R\$ 20 mil, o que representa uma redução de aproximadamente de 85%. O que vai na contramão no pensamento dos gestores do Programa, o intuito dos gestores é de ampliar, e não de reduzir recursos com o intuito de atender mais pessoas em vulnerabilidade social.

Um fato a se destacar relacionado as regiões é a divisão da aplicação de recursos, a alocação leva em conta diversos fatores, inclusive a regionalização e acreditamos que o próprio desenvolvimento econômico é visto como algo a ser equilibrado, a capacidade de geração de empregos e renda. O percentual de distribuição de investimentos dos recursos no PAA no ano de 2017 pode ser visualizada no Gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 - Distribuição de Recursos do PAA, nas regiões brasileiras em 2017

Fonte: Elaboração própria, dados Conab

De acordo com o Gráfico 6 observa-se que mais de 50% dos recursos foram alocados nas regiões Norte e Nordeste juntas perfazendo um total de 56% de todo o recurso executado no ano de 2017. Demonstrando que o Grupo Gestor do PAA determinou que essas duas regiões tinham prioridade nos recebimentos dos recursos para execução. Considerando os números apresentados que tiveram êxito, pois são regiões que necessitam de um olhar do poder público e até mesmo pelo fato de serem esquecidas e pouco desenvolvimento em determinadas áreas, uma delas a agricultura. Devido as condições climáticas e dos interesses políticos.

As pretensões dos gestores é de alcançar um maior número de beneficiários e ampliar o programa para atender um público que ficou de fora nesses anos de 2017 e 2018 que se constitui das escolas da rede municipal localizadas na zona rural do município, que são áreas mais isoladas com maior dificuldades de acesso, pois até mesmo os beneficiários fornecedores reivindicam isso para as famílias da zona rural por conhecerem de perto a realidade das famílias.

Uma parcela grande de pessoas que poderiam ser beneficiadas acabara por se prejudicar. Segundo o gestor entrevistado indagado sobre a não inclusão do público rural, foi relatado que o principal fator foi o transporte para o deslocamento dos alimentos e teria sido pensado devido o volume de recursos contemplar inicialmente as entidades da sede do município e que a intenção era de ampliar o programa e contemplar a posteriori as pessoas do campo.

Essa redução representa uma menor capacidade do combate à desigualdade social e na segurança alimentar dessas pessoas beneficiadas seja elas agricultores familiares como produtoras de alimentos tendo como segurança a venda de seus produtos a preços justos e garantia mínima de renda e dos consumidores por não terem acesso aos alimentos, pois a capacidade de compra do programa naquele momento encontrava-se comprometida.

No qual buscamos conhecer significados, opiniões e percepções dos sujeitos participantes da pesquisa, tentando entender como esses poderiam nos ajudar na elaboração de possíveis desafios e caso fosse possível uma intervenção no sentido de melhorar e dar nossa contribuição nesse programa que se trata de uma importante Política Pública. Os dados muitas vezes podem vir fragmentados, pois somente ao final de cada mês é prestado contas dos recebimentos e entregas e enviado o relatório de execução mensal, a partir daí que eles começam a fazer sentido, pois por meio deles é liberado o pagamento.

Diversos assuntos tratados neste trabalho podem ser vistos como de interesse somente local o mundo deve estar preocupado com a sustentabilidade em seu sentido mais amplo, para não comprometer os direitos das futuras gerações que serão nossos filhos e netos. E a agricultura deve sempre está em foco pois trata-se de nosso objeto de estudo, já que os alimentos adquiridos provêm de sua produção.

Estabelecer formas de ajudar a todos os envolvidos nos programas e principalmente seus beneficiários, no qual necessitam de alimentação de qualidade uma vez que não são capazes de por meios próprios suprir as exigências nutricionais de uma alimentação balanceada. Devemos ter em mente que as políticas públicas têm papel fundamental na vida dos cidadãos, principalmente aqueles que não dispõe de recursos para suprir suas necessidades básicas. Elas entram como uma ferramenta imprescindível na tentativa de sanar problemas que se impõe a pessoas de baixa renda.

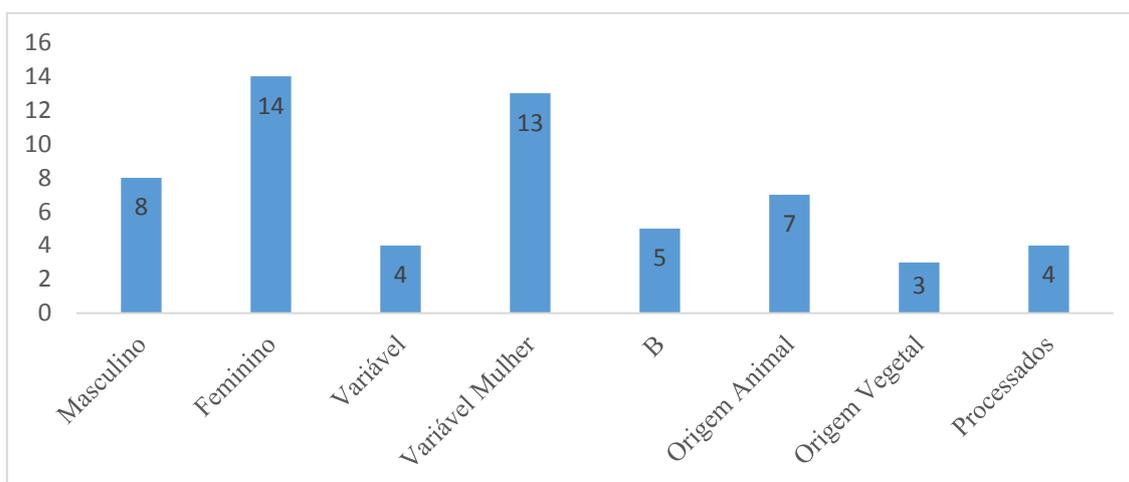
O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE um outro programa que trata de alimentação uma de suas funções sociais e ajudar as crianças a terem uma alimentação adequada na sua escola, no momento em que ela mais precisa no qual ela está desenvolvendo saberes, e é de suma importância uma alimentação adequada uma vez que ela está gastando energia para aprender os conteúdos que são ministrados em sua escola. Corroborando com a CF 1988 afirma: “[...]em seu art. 208, incisos IV e VII, que a alimentação escolar é dever do Estado e um direito humano e social de toda criança e

adolescente que frequentem a educação infantil e o ensino fundamental”. (MEC, 2018 p. 20)

Sendo essa alimentação muitas vezes de suas próprias famílias se alimentando de uma comida saudável sem ser industrializada e que muitas vezes elas mesmas participam do processo de produção. As famílias geralmente tem o hábito de plantar para ter aqueles alimentos e não necessitam de ir nos supermercados comprarem e começam a produzir para o consumo, no entanto muitas vezes quando tem um bom inverno, as produções excedem o consumo daquela unidade familiar, o que pode gerar um problema, pois o excedente não tem um destino certo, e se for um alimento perecível corre-se o risco de perda. E até mesmo passar para um atravessador que compra a baixíssimo custo o que pode desestimular o produtor a não produzir no ano seguinte.

Os gestores municipais têm um papel importantíssimo no processo de aquisição desses alimentos, uma vez que por força de legislação deve-se ter um percentual mínimo conforme já citado anteriormente que é de 30% para compra na agricultura familiar. No entanto esse mesmo gestor pode orientar a compra de até mesmo 100% dos recursos o que são destinados alimentação escolar. A população em geral poderia está pressionando os gestores a comprar cada vez mais produtos da agricultura família, pois gera um movimento econômico local e leva renda as famílias produtoras, já que os municípios do interior não têm capacidade de gerar empregos para sua população. E uma das maneiras de gerar renda seria o incentivo da produção por meio da compra, advinda dos recursos que são disponibilizados para a compra de determinados insumos.

No Gráfico 7 avalia-se o perfil do agricultor fornecedor do nosso município que em sua maioria é formado por mulheres, no qual fornecem produtos de origem animal em maior quantidade, outros de origem vegetal e ainda os alimentos processados.

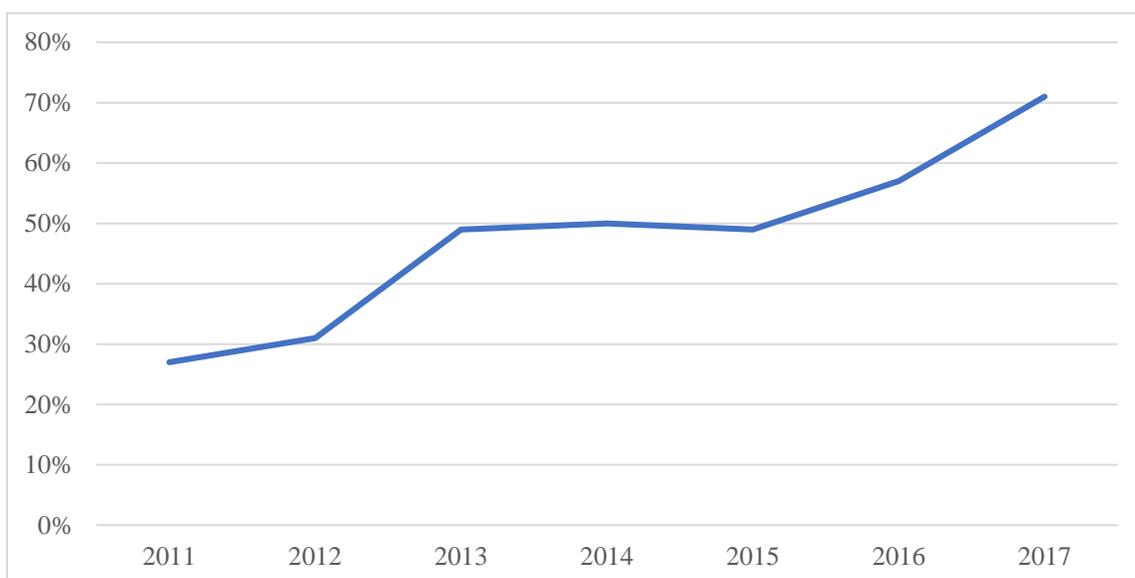
Gráfico 7 – Perfil do Agricultor Familiar fornecedor de alimentos ao PAACDS – Icó e seus quantitativos

Fonte: Secretária de Agricultura e Recursos hídrico de Icó – SEDAGRH 2017

Os agricultores familiares do município que entram no PAACDS como fornecedores de alimentos composto em sua maioria por mulheres, no total de 14 compondo cerca de 64% do total de fornecedores e tendo como produtos ofertados em sua maioria de origem animal (SEDAGRH, 2017). O que pode sugerir que além da agricultura os fornecedores se interessam pela pecuária, ou seja, a criação de animais. Mostrando-se como atividade rentável e servindo de mais produtos a serem ofertado. Destacamos que grande parte das famílias tem como principal produtor, a mulher a qual domina todas as tarefas e ainda são capazes de estarem a frente da produção familiar.

Cabe aqui destacarmos a participação das mulheres no Programa de Aquisição de alimentos, pois a partir de 2011, é condicionado ao programa a participação de no mínimo 40% das propostas advindas da modalidade CDS e 30% na modalidade CPR Estoque, de acordo com a Resolução do GGPAA, nº 44, de 16 de agosto de 2011.

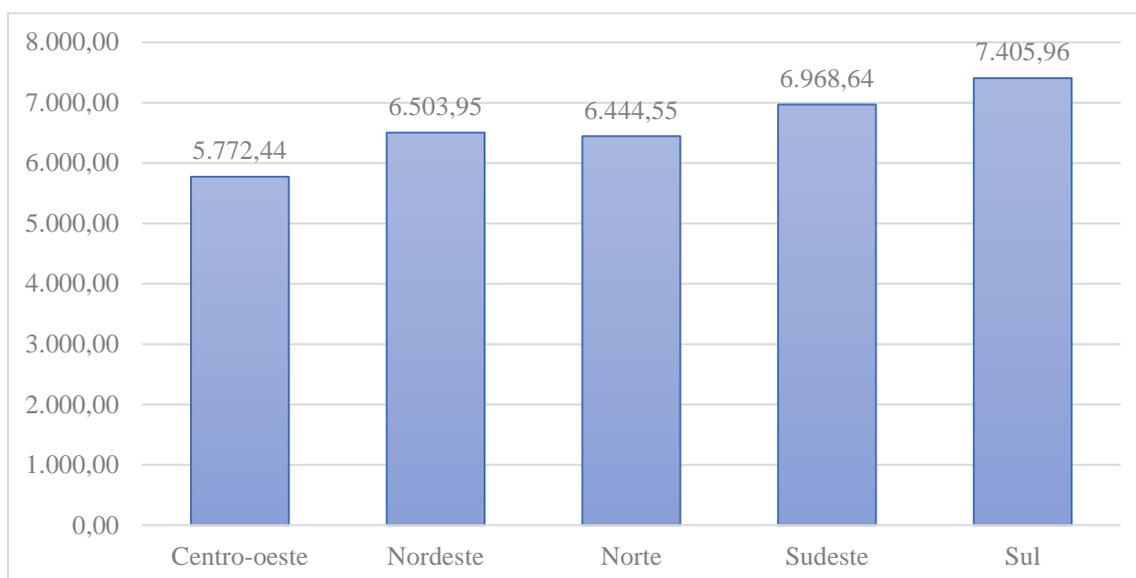
Observando-se o Gráfico 8 , verifica-se que a participação dessa parcela importante das pessoas do campo que vão além alcançando uma participação expressiva nem que por meio de imposição, de forma a consolidar o trabalho delas valorizando sua força de trabalho, aumentando seus recursos econômicos e garantindo a inserção do seu trabalho na economia.

Gráfico 8 – Percentual da participação das mulheres no PAA de 2011 a 2017

Fonte: Conab

Como pode-se perceber a participação feminina na modalidade CDS alcançou um percentual muito expressivo em 2017. No município de estudo não foi diferente dentre os beneficiários fornecedores neste ano o percentual era de aproximadamente 64%, acreditamos que esse número segue essa tendência, pelo fato da legislação exigir.

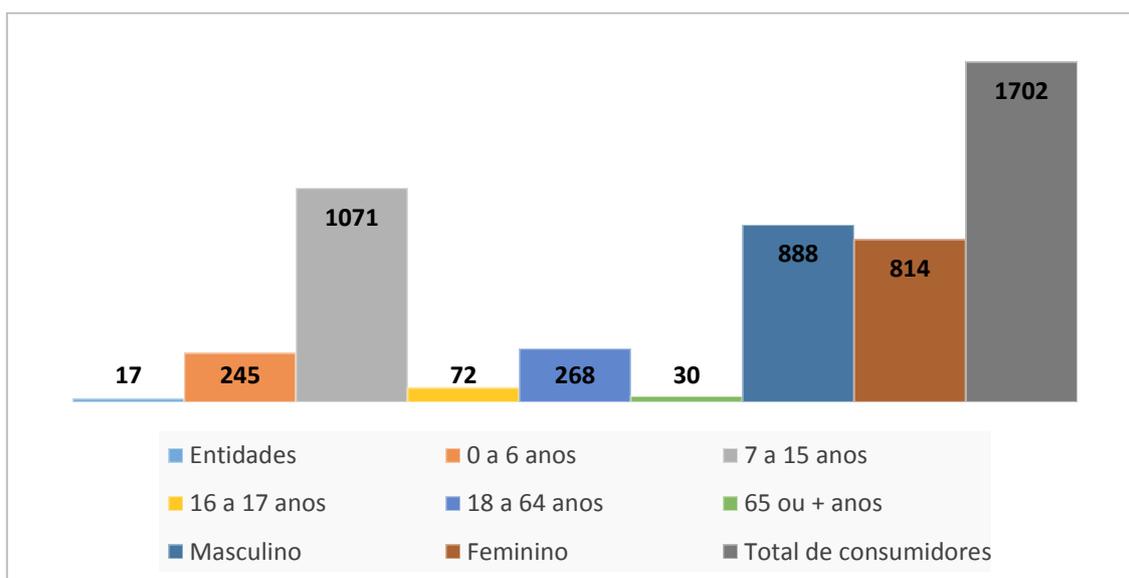
Esses agricultores tem como principal garantia o escoamento da produção e uma fonte de renda crescente, como pode ser visto nas mais diversas regiões, para ilustrar observemos o Gráfico 9 a seguir:

Gráfico 9 - Renda média familiar dos beneficiários fornecedores em reais, por região (2017)

Fonte: CONAB

Como pode ser observado no gráfico os agricultores tem uma renda que pode proporcionar sua inclusão econômica, como beneficiário fornecedor, aumentando de certa forma o seu poder de compra e dando uma ferramenta que pode ser usada no planejamento de sua produção, auxiliando na compra de insumos e garantindo uma segurança em sua produção. Em 2017 a renda média dos 18.688 beneficiários enquadrados como fornecedores foi de R\$ 6.673,19, o que mostra um aumento expressivo 339% quando se compara o valor de R\$ 1.972,41, renda média em 2003. Essa elevação de renda pode ser considerada um grande benefício para os agricultores, pois minimiza a incerteza para o pequeno produtor que subsiste ou tem como principal fonte de renda a produção de alimentos na pequena propriedade.

Já para os beneficiários consumidores como pode-se visualizar no Gráfico 10, dos 1.702 beneficiários, grande parte está na faixa dos 7 aos 15 anos, 08 escolas municipais de Ensino Fundamental. Dos quais compõem cerca de 63% do total de consumidores cadastrados no programa do município.

Gráfico 10 – Perfil do beneficiário consumidor por faixa etária do PAACDS – ICÓ 2017

Fonte: Secretária de Agricultura e Recursos hídrico de Icó – SEDAGRH 2017

Os beneficiários consumidores contam com doações feitas a entidades que servem alimentos de maneira contínua, os alimentos ora doados entram como complementação ao cardápio já utilizado pela entidade, como visto anteriormente a maioria dos alimentos provem de origem animal são carnes de ovinos, suínos e bovinos e ainda queijos, iogurtes. As entidades compram alimento com seus recursos e também recebem doações de pessoas e também de instituições, e a partir dos alimentos que tem disponível elaboram o seu cardápio para oferecer uma alimentação de qualidade e balanceada a seu público alvo que geralmente se constitui de pessoas carente. Os alimentos recebidos do PAA, Entram como uma complementação as refeições já servidas as entidades receptoras dos alimentos. Todos os Alimentos são recebidos na Central de distribuição e Recebimento do Município e entregues no mesmo dia nas entidades cadastradas.

Na modalidade do PAACDS local, O Estado do Ceará executa de forma indireta com o município os Recursos Advindos do projeto. No qual o Município se compromete a estruturar o local de recebimento e distribuição dos alimentos e fornecendo os profissionais para executar, coordenador e órgão fiscalizador no nosso caso o Sistema de inspeção municipal – SIM. O Estado fica com a parte de verificação da execução e o treinamento do pessoal.

Trazemos dessa forma os dados da Tabela 5 com o intuito de termos ciência do universo que pode ser atendido nas escolas públicas deste município.

Tabela 6 - Número de matrículas nas escolas da rede municipal do município, anos 2017 e 2018

Município/ Período		Educação infantil		Ensino Fundamental		EJA	Total
Município	Ano	Creche	Pré-escola	anos iniciais	anos finais	EJA	
Icó	2017	1.098	1.398	4.167	3.883	1.223	11.769
	2018	992	1.298	3.884	3.543	199	9.916

Fonte: Censo escolar 2017, 2018 Portal INEP

Conforme os dados pesquisados percebe-se que muitos beneficiários podem ter ficado de fora do Programa, uma vez que só foram contempladas no Programa as escolas da sede do município, e nem todas estão no Programa, um possível motivo que foi apontado pelo Coordenado do programa foi a não entrega de planilhas preenchidas com os dados dos beneficiários atendidas naquelas escolas que forma entregues para serem preenchidas. Planilhas que não foram entregues preenchidas a coordenação do programa local, pois nas planilhas eram solicitadas o Cadastro de Pessoa Física – CPF, caso do menor seria o do responsável e do Número de Identificação Social – NIS.

Foi verificado que as entidades necessitam de uma melhor organização no que se refere ao cadastro de seus usuários para melhor identifica-los. No caso de uma importante política pública como esses beneficiários deixarem de participar por não terem um cadastro com informações mínimas a seu respeito.

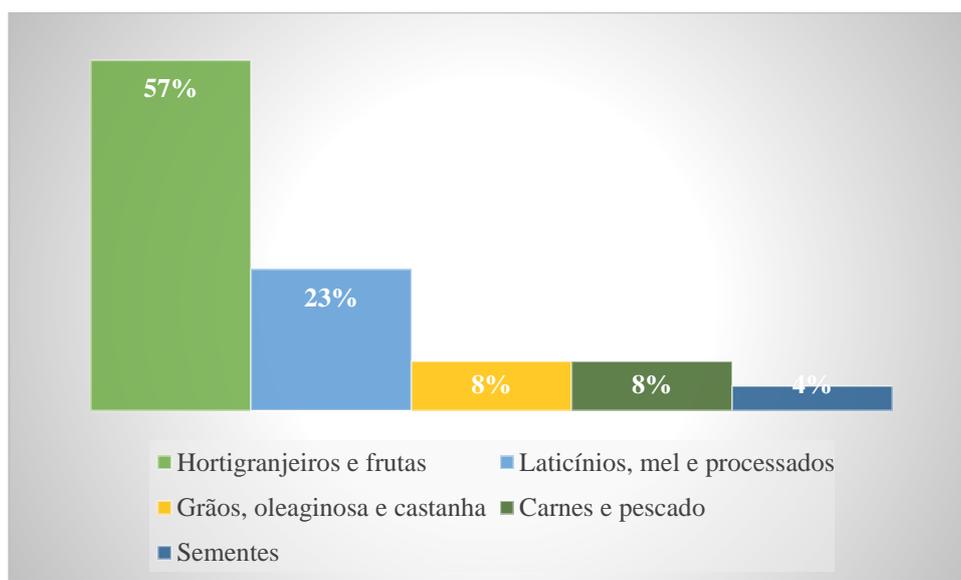
Um grande número de pessoas necessita de uma complementação na alimentação principalmente os estudantes da escola pública, que tem disponível alimentação e essa deveria ser de boa qualidade. Segundo o Censo escolar de 2018 as escolas que oferecem alimentação a seus alunos num universo de 80 escolas no município, 87,5% oferecem refeições. Os alimentos doados pelo PAACDS entram como complementação em cerca de 10% nessas escolas e pouco estudantes são beneficiados 1.222, o qual representa 8,5% o que nos mostra que só na área da Educação o programa tem uma cobertura ainda pequena frente ao número de matrículas das escolas do município. Poderia abranger mais beneficiário e que mais recursos poderiam ser alocados nesse município. (SEDAGRH, 2017)

Diariamente chega à sede da Coordenação representantes de entidades querendo participar do programa como beneficiários consumidores, no entanto os recursos disponibilizados têm um histórico de queda no município, no ano de 2017 foram disponibilizados R\$ 130.000,00 já para o ano seguinte fora somente R\$ 20.000,00.

Inviabilizando o cadastro de novas entidades e também de novos agricultores fornecedores. (SEDAGRH, 2018)

Esses recursos foram investidos em diversos produtos frutas, grãos, filé de peixe, mel de abelha, Carne de caprino, carne de ovino, processados como iogurte, queijos. Seguindo uma tendência das regiões brasileiras como pode ser visualizado no Gráfico 11 a seguir:

Gráfico 11 – Conjunto de produtos fornecidos ao PAA em 2017 nas diversas regiões



Fonte: Elaboração própria, dados Conab

Como pode ser verificado a maioria dos produtos regionais, contemplam a valorização de seus hábitos com a alimentação, considerando hábitos saudáveis para o seu nível local e de sua região, garantindo o combate a Insegurança Alimentar dos beneficiários consumidores. Os produtos adquiridos são seguros e conhecidos pelos beneficiários, pois as unidades familiares locais são conhecidas por todos, no qual é incentivado as entidades receptoras dos alimentos a visitarem os locais onde são produzidos os alimentos doados.

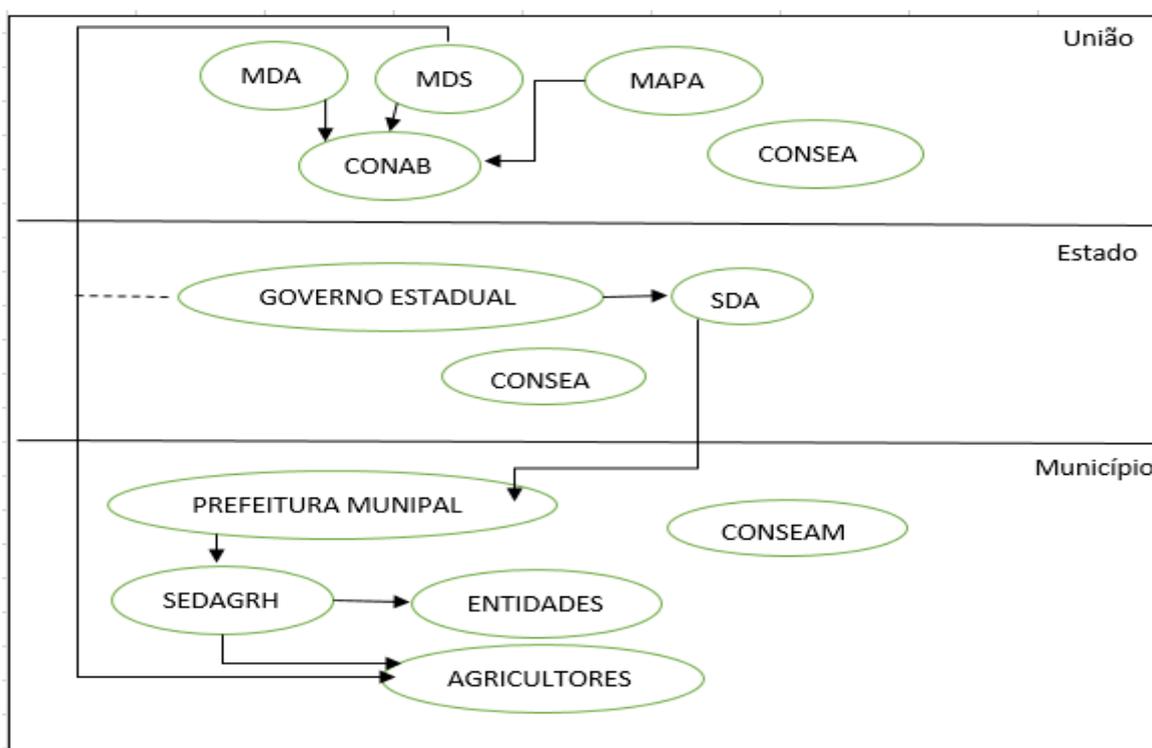
A execução do programa embora simples, no entanto passa por algumas instâncias e por aprovação de alguns conselhos, para aprovação de todos os beneficiários sejam eles produtores fornecedores, sem beneficiários consumidores que estão nas entidades. Desse modo mostraremos como o programa se desenvolve e quem são seus executores.

O programa envolve três instâncias a saber a União, os Estados e a execução acontece nos municípios e outras entidades constituídas acompanham a execução, os

conselhos que tem o dever de aprovar e fiscalizar entidades e produtores, pois sua atuação é uma grande força para as políticas públicas funcionarem de forma a alcançar seus objetivos precípuos e atender e verificar as determinação da legislação vigente. Outros ainda são responsáveis pela guarda de estoques públicos e por operacionalizar algumas modalidades, como é o caso da Conab que operacionaliza recursos direto do MDA e do MDS. O beneficiário fornecedor tem uma vinculação diretamente com a União bastando comprovar que forneceu os produtos para seus recursos irem diretamente pra sua conta, mas a informação quem passa são os responsáveis locais pela execução.

Diversos atores são envolvidos e nas diversas esferas governamentais, iremos tentar mostrar suas ligações para melhor entendimento. Assis (2017) “[...] a execução compra com doação simultânea ocorre a partir de um acordo para fornecimentos de alimentos de um grupo formal de agricultores familiares (associação ou cooperativas e o público beneficiário.” Acreditamos que indiretamente a coordenação do Programa na execução local, serve de elo entre os fornecedores e beneficiários. Na Figura 1 podemos ver como esses atores tem essas vinculações.

Figura 1 - Atores envolvidos na execução do PAACDS 2017



Fonte: Elaboração própria, Assis (2017) Dados da SEDAGRH 2017

A partir dos dados apresentados pode-se visualizar as vinculações, onde os agricultores recebem os pagamentos diretamente do MDS e não passa por intermediários. Cumprindo os requisitos o pagamento é liberado diretamente. Outras instancias sociais

se mostram importantíssimas no que se refere ao controle, por exemplo o Conselho de Segurança alimentar Municipal – CONSEAM, por ele passa a aprovação das entidades que irá receber os alimentos e também a aprovação dos agricultores que irão fornecer no programa além de outros requisitos específicos. E acompanham a execução por meio de relatórios apresentados em suas reuniões para aprovação tanto dos beneficiários fornecedores, como dos beneficiários consumidores, neste caso, as entidades beneficentes.

As linhas ligando o Governo estadual por meio da Secretária de desenvolvimentos agrário – SDA, é firmado a partir de um termo de adesão entre Estado e município, onde os mesmos operacionalizam o Programa. Disponibilizando uma estrutura que seja adequada para o recebimento dos alimentos, e que sejam capazes de dar condições para o acompanhamento e monitoramento da execução do Programa. O município ainda se responsabiliza por destinar um funcionário para alimentar os sistemas informáticos e enviar relatórios mensais de execução para acionar a liberação dos valores financeiros executados pelas unidades familiares e verificação de conformidade do que foi exigido. O Estado confere os relatórios, confrontando-os com os do sistema, faz a verificação das notas fiscais e depois remete os relatórios de execução ao MDS para liberar os pagamentos diretamente aos beneficiários fornecedores.

4.1 Resultados da Entrevista e Discussão

Como forma de complementar nosso trabalho de conclusão de curso, foi realizada uma entrevista com um dos gestores do programa no município. Executamos por meio de um questionário que teve como objetivo esclarecer dúvidas e conhecer o pensamento dos gestores do programa e questões que surgiram ao longo do estudo.

A Entrevista foi realizada na Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos – SEDAGRH no município de Icó Ceará.

Segundo o entrevistado,

O papel da secretaria do município é dar suporte ao programa disponibilizando o pessoal e a estrutura para a execução do PAA. Fazendo o acolhimento do agricultor familiar e fazendo orientações para a participação no programa e acompanhando suas produções para atender critérios que forem requisitados.

Em relação aos benefícios apontados pelo gestor foi dito que a valorização das pessoas sempre em primeiro lugar, pois ao pequeno agricultor participar de um programa

que valoriza seu trabalho por meio de uma compra justa, isso dignifica o homem do campo e por outro lado as pessoas carentes terem a oportunidade de consumir alimentos mais saudáveis com menos agrotóxicos e produzido por pessoas do próprio município. Acredita ser muito gratificante e contribui para minimizar efeitos da carência de recursos financeiros familiar. Desta forma cumprindo com o objetivo de sua criação, conforme observa-se na legislação:

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades: (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) (Regulamento)

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; (Incluído dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; (Incluído dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; (Incluído dada pela Lei nº 12.512, de 2011) [...] (BRASIL, 2003)

O entrevistado relata que outros órgãos do poder público municipal contribuem muito e cita a Secretaria de Ação social como uma das principais, cedendo espaço para reuniões com os agricultores e reunião com o Conselho de Segurança Alimentar do município – CONSEAM e ainda contribui com a logística da distribuição de alimentos cedendo o transporte para o deslocamento dos alimentos até as entidades. A Secretaria de saúde contribui com a disponibilização do médico veterinário para a fiscalização de produtos de origem animal. E que a gestão executiva do município de um modo geral faz essa política pública ser realizada a contento.

As dificuldades relatadas principais se referem a questão de transporte porque não se tem na secretaria que é executada o programa um carro para fazer as entregas dos alimentos nas entidades atendidas necessitando requerer de outra secretaria ou mesmo tendo que fretar carros particulares, pois para o município ainda não foi disponibilizado pelo programa um transporte específico para esse fim. Mas que esforços sempre são feitos na hora da efetiva entrega dos alimentos, sendo atendido sempre que possível a tempo.

O programa conta com alguns desafios, no que se refere a metodologia, o entrevistado aponta que o programa poderia capacitar os agricultores ou mesmo desenvolver seminários para retiradas de dúvidas referentes aos requisitos cobrados para participação e aos valores dos alimentos. As capacitações disponibilizadas pelo estado

são direcionadas apenas ao coordenador do programa, mas se referem mais a utilização dos sistemas informáticos e dúvidas mais específicas não são abordadas diretamente nas capacitações. Requisitos legais poderiam ser melhor esclarecidos, tributária, sanitária, entre outros para o agricultor ficar seguro não só em relação a comercialização, como também de benefícios previdenciários de forma adequada.

Apesar das dificuldades apontadas o entrevistado fala da importância do Programa, pois a secretaria que o mesmo se encontra a frente não dispõe de Programas próprios e com recursos para o investimento no pequeno produtor, e ver o programa como uma boa oportunidade para desenvolver e incentivar a agricultura local. Afirmando que o agricultor que participa do programa tem sua produção garantida visto que não terá que ir buscar compra pra sua produção e já sabendo quanto vai receber, pois já tem um contrato firmado. E seu trabalho na parte social com pessoas carentes. Sendo conhecedor da realidade tanto das comunidades como das pessoas em vulnerabilidade social da zona urbana. E essa relação o faz vivenciar e querer tentar resolver esses problemas para seus conterrâneos, os quais sempre o procuram pra levar demandas para a câmara municipal.

Desta forma destaca que os alimentos disponibilizados contribuem nos equipamentos fornecedores de alimentos prontos para a comunidade, de forma complementar recebe alimentos mais saudáveis e inspecionados por profissionais capacitados. Esses alimentos participam dos cardápios destas entidades enriquecendo os alimentos, seja com frutas, hortaliças e com alimentos ricos em proteína animal. O Programa é excelente, só lamenta a redução dos recursos, pois menos agricultores são beneficiados e menos alimentos deixam de ir para as entidades socioassistenciais.

O pequeno Agricultor Familiar dispõe deste importante instrumento para seu benefício, garantindo uma renda para seu sustento de sua família minimizando incertezas, principalmente no que se refere a comercialização e do outro lado e são as famílias em vulnerabilidade social que de modo complementar recebem alimentos produzidos de forma orientada por profissionais nos melhores modos de produção, no qual a principal orientação é a minimização de uso de insumos químicos e/ou outros de fora da propriedade, garantindo assim um alimento natural e de qualidade.

Considera que outras iniciativas podem ser criadas, como por exemplo a união desse pequeno produtor a outros, facilitaria muito a vida das pessoas no campo. Por meio de cooperativas de agricultores, para facilitar a aquisição de insumos para as produções e como já foi relatado essas produções poderiam ser vendidas diretamente pelos

agricultores em uma feira destinada diretamente a esses fornecedores, não permitindo a figura do atravessador, entre o pequeno produtor e o consumidor das suas produções.

A população rural possui diversas dificuldades de acesso a renda, muitas vezes moram distantes dos centros urbanos e não dispõem de transporte sequer para se locomover, e tem dificuldades maiores ainda em transportar alimentos em quantidade superior ao consumo de suas famílias, vivem praticamente isoladas e com pouco ou nenhuma assistência técnica em suas produções. O que pode ser observado no resultado das suas plantações.

Por meio da entrevista foi possível entender como de fato o programa era executado, uma vez que as políticas públicas elas são executadas por pessoas e para as pessoas. E que é necessário um gestor para administrar cada passo que é executado, pois não se trata de algo automático que sempre segue o mesmo roteiro, ou mesmo algo mecanizado. O gestor do programa local nos trouxe sua visão de como administrar esse programa tão valioso para as muitas partes que são afetadas por ele.

A partir do estudo foi possível a verificação dos benefícios gerados pelo Programa, os quais podemos apontar a contribuição de refeições com uma complementação com alimentos mais saudáveis oriundos da produção de agricultores locais, os quais são acompanhados por técnicos qualificados e que incentivam o não uso indiscriminado de produtos químicos na produção de alimentos, a garantia aos agricultores participantes do programa de venda de sua produção sem a intervenção de intermediários e garantia de preços justo, desse modo incentivando a produção de pequenas unidades familiares. Maior planejamento do que produzir, favorecendo a cultura alimentar local. Incentivo a mais produtores quererem participar de programas governamentais por meio de uma maior demanda de agricultores com intuito de fornecer alimentos, pois puderam conhecer a experiência exitosa de agricultores fornecedores do Programa.

Contudo, embora descrevemos aqui diversos benefícios, existem dificuldades a serem enfrentadas como a falta de transporte pelo produtor até a unidade de recebimento e distribuição do PAACDS, pois a maioria dos agricultores não dispõem de veículos próprios. Podemos apontar ainda a quantidade insuficientes de recursos para atender a demanda de agricultores que procuram a coordenação para participar do programa ser insuficiente e até mesmo o cadastro de novos beneficiários e entidades pois a redução de recursos não permite atender um número maior de beneficiários consumidores.

Segundo os gestores do programa, algumas ações vêm sendo executadas para tentar ultrapassar esses obstáculos encontrados, como a solicitação de um veículo próprio para o programa, pois outros municípios já dispõe com recursos do próprio programa. E que o gestor municipal tenta por meio de negociações aumentar o valor do recurso repassado para executar no município. Além dos esforços envidados por meio da Secretaria de Ação Social de identificar e cadastrar essas pessoas em vulnerabilidade social para uma facilidade de inclusão, no momento em que houver a disponibilização de mais recursos e/ou até mesmo de outros programas que venham a atender pessoas em vulnerabilidade social, pois trata-se de seu público alvo.

A partir destes cadastros individuais foi possível incluí-las no PAACDS, para o recebimento de doações de alimentos do programa, no qual a finalidade dos alimentos são complementar as refeições servidas nesses equipamentos, o que contribui para refeições mais equilibradas e mais ricas em frutas, verduras e alimentos de origem animal. Minimizando a falta de uma alimentação adequadas dessas pessoas que vindos de diferentes lugares, sejam de famílias que necessitam de alimentos e até mesmo de pessoas em situação de rua que procuram essas instituições para poder adquirir uma refeição equilibrada. Foi possível identificar essas pessoas por meio de planilhas que foram requeridas pela coordenação do programa, só de fato inserindo as pessoas que estavam regularmente identificadas e com os requisitos que constavam na planilha, como nome completo, número de identificação social, Cadastro de Pessoa Física – CPF, dentre outros para sua identificação.

As dificuldades relatadas principais se referem a questão de transporte porque não se tem na secretaria que é executada o programa um transporte para fazer as entregas dos alimentos nas entidades atendidas necessitando requerer de outra secretaria ou mesmo tendo que fretar carros particulares, pois para o município ainda não foi disponibilizado pelo programa um transporte específico para esse fim. Mas que esforços sempre são feitos na hora da efetiva entrega dos alimentos, sendo atendido sempre que possível a tempo.

O programa conta com alguns desafios, no que se refere a metodologia, o entrevistado aponta que o programa poderia capacitar os agricultores ou mesmo desenvolver seminários para retiradas de dúvidas referentes aos requisitos cobrados para participação e aos valores dos alimentos. As capacitações disponibilizadas pelo estado

são direcionadas apenas ao coordenador do programa, mas se referem mais a utilização dos sistemas informáticos e dúvidas mais específicas não são abordadas diretamente nas capacitações. Requisitos legais poderiam ser melhor esclarecidos, tributária, sanitária, entre outros para o agricultor ficar seguro não só em relação a comercialização, como também de benefícios previdenciários de forma adequada.

Apesar das dificuldades apontadas o entrevistado fala da importância do Programa, pois a secretaria que o mesmo se encontra a frente não dispõe de Programas próprios e com recursos para o investimento no pequeno produtor, e ver o programa como uma boa oportunidade para desenvolver e incentivar a agricultura local. Afirmando que o agricultor que participa do programa tem sua produção garantida visto que não terá que ir buscar compra pra sua produção e já sabendo quanto vai receber, pois já tem um contrato firmado. E seu trabalho na parte social com pessoas carentes. Sendo conhecedor da realidade tanto das comunidades como das pessoas em vulnerabilidade social da zona urbana.

Desta forma destaca que os alimentos disponibilizados contribuem nos equipamentos fornecedores de alimentos prontos para a comunidade, de forma complementar recebe alimentos mais saudáveis e inspecionados por profissionais capacitados. Esses alimentos participam dos cardápios destas entidades enriquecendo os alimentos, seja com frutas, hortaliças e com alimentos ricos em proteína animal. O Programa é excelente, só lamenta a redução dos recursos, pois menos agricultores são beneficiados e menos alimentos deixam de ir para as entidades socioassistenciais.

O pequeno Agricultor Familiar dispõe deste importante instrumento para seu benefício, garantindo uma renda para seu sustento de sua família minimizando incertezas, principalmente no que se refere a comercialização e do outro lado e são as famílias em vulnerabilidade social que de modo complementar recebem alimentos produzidos de forma orientada por profissionais nos melhores modos de produção, no qual a principal orientação é a minimização de uso de insumos químicos e/ou outros de fora da propriedade, garantindo assim um alimento natural e de qualidade.

Como contribuição pode-se dizer que o estudo pode contribuir para que se chame atenção das pessoas para que avaliem e que busquem informações de políticas que são implementadas localmente e que de modo a contribuir a sociedade em geral tenham conhecimento de como se desenvolve as políticas e que de fato as acompanhem. Acredita-

se que a desinformação é muito grande seriam necessárias palestras, oficinas entre outras iniciativas para trazer as pessoas a contribuir com uma importante política como essa que contribui tanto com o pequeno produtor rural, mas principalmente com a Segurança alimentar de pessoas em vulnerabilidade social que participam do programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar o perfil das pessoas beneficiárias das entidades que recebem alimentos do PAACDS, o qual foi observado o perfil e pode-se observar que se tratava de pessoas que já eram atendidas por entidades socioassistenciais das áreas da saúde, educação e social que já se alimentavam naqueles equipamentos, recebendo refeições e participando de suas atividades. Com o estudo foi possível a oportunidade de realizar pesquisas bibliográficas, análise de relatórios de execução, entrevista e análise dos dados. Com todo o apanhado do estudo foi possível inferir algumas conclusões acerca do programa e responder as questões objeto do nosso estudo.

O programa aqui tratado teve como lapso temporal dois anos de execução: 2017 e 2018, fizemos esse corte no tempo para melhor visualização, pois como foi considerado uma nova gestão no município onde as dificuldades que podem ocorrer com a mudança do chefe do executivo de um município as políticas públicas muitas vezes não são o foco do fim ou do início de uma nova gestão.

Dados foram buscados no intuito de verificar como o programa era executado antes desse período, no entanto não foi possível conseguir, os novos gestores informaram não ter como repassar tais dados. Procuramos entender como se dava a execução e quais requisitos que o programa buscava para atingir seu público alvo. Como o Programa visa a atender pessoas em vulnerabilidade social e estas pessoas muitas vezes não são identificadas e como as entidades socioassistenciais costumam cadastrá-las em suas unidades isso facilita na hora de inscrevê-las em programas ou ações que apareçam e ajudem no custeamento desses usuários. Conseguimos ver como o programa era executado, como se dava a logística de entrega dos alimentos e quais dificuldades encontradas no momento da execução.

Os benefícios gerados segundo o entrevistado é praticamente incalculável, pois se trata de satisfação, e principalmente por ser na área social e tratar de um assunto muito sério que é a alimentação, pessoas vivem em vulnerabilidades social, passam necessidades desde as mais básicas como é o caso da alimentação, no entanto podemos

perceber a satisfação das pessoas ao receberem a alimentação do programa, pois sabiam que tinham garantido para aquelas semanas de recebimento de uma complementação para alimentação saudável e que era produzida por seus conterrâneos.

Foi possível identificar que os alimentos doados realmente faziam a diferença na vida daquelas pessoas, por verificar que estavam sendo destinados a quem mais precisava. Foi citado o incentivo a produção pois os agricultores que fornecem, tem uma renda garantida, sabendo que terá m retorno caso produza e forneça.

As políticas públicas desenvolvidas em forma de programas são essenciais para o desenvolvimento social da população. O Programa de Aquisição de Alimentos modalidade doação simultânea – PAACDS, trata-se de uma dessas políticas que contribui nos desenvolvimentos das pessoas principalmente das mais carentes e contribui ainda para a minimização da insegurança alimentar e nutricional das pessoas atendidas por esse programa. Passos importantes foram dados no entendimento dessa importante política, mas novos estudos, podem contribuir para uma melhor execução e esclarecimento de como essa importante ferramental governamental pode ser usada e pode ser medida para alcançar cada vez mais de quem necessita das Políticas Públicas, que muitas vezes deixam de fora pessoas realmente necessitadas por falta de uma rigorosa identificação. O estudo pode contribuir na apresentação de seminários, com a finalidade de convencer aos gestores que o programa faz a diferença na vida das pessoas e principalmente que contribui com as entidades para oferecer uma alimentação balanceada e continua nessas entidades que já possuem orçamentos que não cobrem totalmente suas despesas.

Para aprofundar novos estudos no intuito de aprofundar posteriormente, outras variáveis importantes e chegar até mesmo em inovar na forma de executar Políticas Públicas e contribuir para que percalços possam ser ultrapassados, mas isso com novas propostas de estudo. Como fazemos parte da sociedade as políticas elas não para e são executadas a todo momento, pois se tratam de necessidades que devem ser sanadas pelo poder pública com o intuito de minimizar efeitos sociais desastrosos.

REFERÊNCIAS

Agricultores familiares são essenciais para subsistência global, diz oficial da ONU
<https://nacoesunidas.org/agricultores-familiares-sao-essenciais-para-subsistencia-global-diz-oficial-da-onu/> acesso em: 22/08/2020

ANDRADE, Magali Alves de - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO E NO COMBATE A POBREZA / artigo científico – UFBA p. 20 Disponível em:
<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/SISTEMA%20DE%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20INSTRUMENTO%20DE%20EFICI%C3%8ANCIA%20NA%20USCA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20E%20NO%20COMBATE%20A%20POBREZA.pdf>
 Acesso em: 30/08/2020

Artigo eletrônico: População da Região Nordeste autor: Izaura Araújo, 2020.
 Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/populacao-da-regiao-nordeste/>. Acesso em 05/09/2020

ASSIS, Laís Braga de – Programa de Aquisição de Alimentos: Uma análise a partir de dados do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal- monografia/ Belo Horizonte – 2017 p. 32

Brasil. Ministério da Educação (MEC). Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação a Distância – 2.ed., atual. – Brasília : MEC, FNDE, SEED, 2008. 112 p. : il. color. – (Formação pela escola) p. 20

BRASIL, Decreto regulamenta o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e o Capítulo III da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, Disponível em: <https://cpisp.org.br/decreto-no-7-775-de-4-de-julho-de-2012/> Acesso em: 03 de nov. 2020.

BRASIL, LEI No 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm Acesso em: 02 de nov. 2020.

Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – Ministério do Desenvolvimento Social/ Segurança Alimentar 2012 – Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf Acesso em: 31/03/2019

Cartilha Nacional da Alimentação Escolar - Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)/ Brasília, DF 2015 2ª edição Disponível em:
<https://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacaoescolar?download=9572:pnac-cartilha-2015> Acessado em 31/03/2019

Celebrando a contribuição dos agricultores familiares para o Fome Zero e dietas mais saudáveis Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1195906/>
 Acesso em: 20/05/2020

Censo Agropecuário 2017 resultados definitivos. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2012 - César Nunes de Castro

Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%/ artigo eletrônico disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8> Acesso em: 10/08/2020

Censo Escolar 2018 Disponível em: https://www.qedu.org.br/cidade/4902-ico/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item= Data da pesquisa: 25/08/2020

Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Artigo web. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx> Acesso: 15/03/2019

Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-). - Brasília: Conab, 2016-

Dados do Censo 2006 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios> Acesso em 18/09/2020

Dados sobre o município de ico site do IBGE

Disponível em: Site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ico/panorama> Acesso em: 08/08/2020 Entrevista: O impacto da agricultura familiar na economia brasileira 2017 – Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/o-impacto-da-agricultura-familiar-na-economia-brasileira> Acesso: 10/03/2019

FRANÇA, C. G. et al. O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. 96p

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Eco-92"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>. Acesso em 19 de setembro de 2020.

PASSADOR, Claudia Souza ; PASSADOR, Joao Luiz et all - Políticas Públicas de Combate a Seca no Brasil e a Utilização das Cisternas nas Condições de Vida de Famílias na Região do Baixo Salitre (Juazeiro - BA): Uma Dádiva De Deus? – Artigo Em ANPAD 2007. P.4/16

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica/ Eva Maria Lakatos, Maria de Andrade Marconi. - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2011. 314 p.: il

MADEIRA, Ligia Mori – organizadora / Avaliação de Políticas Públicas – Porto Alegre- UFRGS/ CEGOV 2014. 254p

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

Relatório da FAO sobre a fome na América Latina Disponível em:
<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/> Acesso: 08/08/2020

RUA, Maria das Graças Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] :CAPES : UAB, 2014. 130p. : il.

Valores do PAA leite / Instrução Normativa SEDES Nº 1 DE 20/03/2020 Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=396813> acesso: 02/09/2020

Valores limites dos programas. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 02/09/2020

Zanella, Liane Carly Hermes Metodologia de pesquisa / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013. P. 33

APÊNDICE A

Roteiro da Entrevista Semiestruturada para coordenação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Dados de Identificação

Entrevistado(a):

1. Nome:
2. Data e Local da Entrevista:
3. Formação Acadêmica:

Instituição:

4. Nome:
5. Endereço:
6. E-mail:

Perguntas da Pesquisa

1. Qual o papel deste órgão na execução do PAACDS e como ele acontece neste município?
2. Quais benefícios são que você considera mais relevante para o público alvo desse Programa?
3. No seu entendimento quais são as principais dificuldades na execução do programa neste município?
4. Você considera que tem o apoio de outros Órgãos e/ou Secretarias que se engajam e faz essa Política Pública acontecer?
5. Caso existam dificuldades na execução, como poderiam ser ultrapassadas? São de ordem técnica? Estrutural ou outro fator. Comente a respeito
6. Você considera que a metodologia utilizada no Programa está adequada a realidade do município?
7. Você poderia comentar um pouco a respeito do seu trabalho a frente desse programa? Quais desafios e oportunidades que este programa pode proporcionar aos beneficiários deste município.